

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

Dissertação

Mestranda Gabriela Sofia Teodoro Soares

Julho 2024

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

Mestranda Gabriela Soares

Orientadora Professora Doutora Maria Elisabete Mendes

Coorientadora Professora Doutora Adelaide Proença

A presente dissertação foi elaborada no âmbito da implementação do Projeto Adélia pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, ao abrigo de um protocolo estabelecido entre esta instituição e o Instituto Politécnico de Portalegre.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

Dissertação de Mestrado

Constituição do júri

Presidente: Professora Doutora Maria José das Dores Martins

Arguente: Professor Doutor Carlos Manuel Barbas do Rorário

Orientadora: Professora Doutora Maria Elisabete da Silva Tomé Mendes

Julho 2024

O futuro das crianças é sempre hoje.

Amanhã será tarde!

Gabriela Mistral

RESUMO

A presente dissertação foi elaborada no âmbito do Projeto Adélia que tem por principal objetivo promover a parentalidade positiva e implementar, com base na realização de diagnósticos locais nos vários concelhos do país, planos de ação que permitam que todas as crianças tenham salvaguardados os seus direitos. Deste modo, o estudo aqui apresentado pretende analisar de que forma as crianças vêm os seus direitos garantidos, bem como a perceção que as suas famílias têm relativamente à proteção e promoção dos direitos consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança.

Nesse sentido, foram realizados inquéritos por questionário a crianças e a famílias, os quais estavam organizados em seis dimensões, nomeadamente: Brincadeira e Lazer, Participação e Cidadania, Segurança e Proteção, Educação, Saúde e Vida Pessoal. Participaram neste estudo 237 crianças com idades compreendidas entre os 6 e 12 anos e 181 famílias.

Através da análise dos resultados podemos concluir que estas crianças e as famílias consideram, na sua grande maioria, que são garantidos os direitos das crianças no município em estudo. Com base na análise realizada é possível perceber que as crianças e os pais se envolvem nas atividades diárias, quer em ambiente escolar quer pós-escolar, embora as suas opiniões nem sempre sejam coincidentes no que se refere ao tempo livre e à tomada de decisões.

Assim, a nível de fatores protetores, salienta-se sobretudo a vinculação com os progenitores e estilos parentais maioritariamente adequados, entre outros. Relativamente a fatores de risco, sinalizados neste concelho, realça-se a falta de participação nos órgãos locais, bem como a necessidade de criação de mais espaços de lazer e de ocupação dos tempos livres. No domínio da vida familiar, evidencia-se a falta de tempo que os pais têm para se dedicarem à vida pessoal e familiar, o que pode explicar o facto de nem sempre terem em consideração a opinião das suas crianças.

As crianças que participaram no estudo, consideram que os pais se preocupam com a sua segurança e saúde e têm consciência do que é necessário fazer para as protegerem e promoverem os seus direitos.

Palavras chave: Crianças, Famílias, Direitos, Parentalidade Positiva.

ABSTRACT

This dissertation was prepared within the scope of the Adelia Project, whose main objective is to promote positive parenting and implement, based on local diagnosis in the various municipalities of the country, action plans that allow all children to have their rights safeguarded. Thus, the study presented here aims to analyze how children see their rights guaranteed, as well as the perception that their families have regarding the protection and promotion of the rights enshrined in the Convention on the Rights of the Child.

In this sense, questionnaire surveys were carried out with children and families, which were organized into six dimensions, namely: Play and Leisure, Participation and Citizenship, Safety and Protection, Education, Health and Personal Life. A total of 237 children aged between 6 and 12 years and 181 families participated in this study.

Through the analysis of the results, we can conclude that these children and their families consider, for the most part, that the rights of children are guaranteed in the municipality under study. Based on the analysis carried out, it is possible to perceive that children and parents are involved in daily activities, both in school and after school, although their opinions do not always coincide with regard to free time and decision-making.

Thus, in terms of protective factors, the attachment with the parents and mostly adequate parenting styles, among others, are highlighted. Regarding risk factors, signaled in this municipality, the lack of participation in local bodies is highlighted, as well as the need to create more spaces for leisure and occupation of free time. In the area of family life, the lack of time that parents have to devote to personal and family life is evident, which may explain the fact that they do not always take into account the opinion of their children.

The children who participated in the study consider that their parents care about their safety and health and are aware of what needs to be done to protect them and promote their rights.

Keywords: Children, Family, Rights, Positive Parenting

Abreviaturas

CDC – Convenção sobre os Direitos da Criança

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

ONG – Organizações Não Governamentais

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

CNPDPCJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

INE – Instituto Nacional de Estatística

CAR – Casa de Acolhimento Residencial

Índice

Índice de tabelas	9
Índice de figuras	10
Introdução.....	11
PARTE I – REVISÃO DA LITERATURA	12
1. Desenvolvimento da criança	13
1.1. Maus tratos na infância.....	14
1.2. Fatores de risco e fatores de proteção.....	14
1.3. Tipos de maus tratos.....	16
2. Modelo bioecológico do desenvolvimento humano	18
3. O papel da família na intervenção com crianças	20
3.1. Estilos parentais.....	21
3.2. Parentalidade positiva	23
4. Direitos das crianças no mundo e em Portugal.....	24
4.1. Convenção dos Direitos das Crianças.....	24
4.2. Direitos das crianças em Portugal.....	26
5. Sistema de Proteção à infância e juventude em Portugal	28
5.1. Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco	29
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO	32
1. Enquadramento do Estudo	33
1.2. Projeto Adélia	33
2. Caracterização do território	35
3. Metodologia.....	43
3.1. Objetivos.....	43
3.2. Participantes.....	44

3.3. Instrumentos	44
3.4. Procedimentos.....	45
4. Apresentação e discussão dos resultados.....	46
4.1. Questionário às crianças	46
4.2. Questionário às famílias.....	64
5. Discussão dos resultados	81
Conclusão	84
Referências	85

Índice de tabelas

Tabela 1 Fatores de Risco e Fatores de Proteção	15
Tabela 2 - Número de alunos matriculados por ano letivo e oferta formativa	39
Tabela 3 - Número de alunos que frequentam a Educação Pré-escolar e o 1.º Ciclo (2021/2022).	40
Tabela 4 – Resultados referentes à Dimensão Brincadeira e Lazer	46
Tabela 5 – Resultados referentes à Dimensão Participação e Cidadania	48
Tabela 6 - Resultados referentes à Dimensão Segurança e Proteção	49
Tabela 7 – Resultados referentes à Dimensão Saúde	50
Tabela 8 – Resultados referentes à Dimensão Educação	52
Tabela 9 – Resultados referentes à Dimensão Vida Pessoal	55
Tabela 10 - Dimensão Brincadeira e Lazer – Medidas estatísticas	57
Tabela 11 - Dimensão Participação e Cidadania – Medidas estatísticas	58
Tabela 12 - Dimensão Segurança e Proteção – Medidas estatísticas	59
Tabela 13 - Dimensão Saúde– Medidas estatísticas	60
Tabela 14 - Dimensão Educação – Medidas estatísticas	61
Tabela 15 - Dimensão Vida Pessoas – Medidas estatísticas	63
Tabela 16 – Resultados referentes à Dimensão Brincadeira e Lazer	64
Tabela 17 – Resultados referentes à Dimensão Participação e Cidadania	67
Tabela 18 – Resultados referentes à Dimensão Segurança e Proteção	69
Tabela 19 – Resultados referentes à Dimensão Saúde	71
Tabela 20 – Resultados referentes à Dimensão Educação	74
Tabela 21 – Resultados referentes à Dimensão Conciliação entre a vida familiar e o trabalho	77

Índice de figuras

Figura 1 Pirâmide de Subsidiariedade	29
Figura 2 Os Quatro eixos do Projeto Adélia.....	33
Figura 3 População residente por grupo etário	35
Figura 4 População residente por nível de ensino	36
Figura 5 Agregado doméstico privado	37
Figura 6 Domicílio permanente	38

Introdução

A presente dissertação surge a partir de uma parceria estabelecida com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Portalegre, em que esta organização disponibilizou os inquéritos por questionário para a recolha de dados no concelho, no âmbito da implementação do Projeto Adélia dinamizado pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e que visa a promoção de uma parentalidade positiva, bem como a garantia dos direitos das crianças.

Assim, o tema desta dissertação está relacionado com a salvaguarda dos direitos das crianças em cada uma das seguintes dimensões: a sobrevivência, a proteção, a participação e o desenvolvimento, nas quais estão inseridos cada um dos artigos dos direitos das crianças, bem como com a parentalidade positiva.

Os direitos das crianças são muitíssimo importantes e não devemos nunca esquecer a importância e o impacto na sua vida. Promover direitos é promover bem-estar e harmonia. Nos dias que correm, apesar dos muitos esforços que têm vindo a ser realizados, continuamos a assistir ao seu esquecimento. Por isso, este estudo vem evidenciar, mais uma vez, a importância da sua promoção e mais-valia ao serem garantidos.

Esta foi a motivação a partir da qual nasceu este projeto de investigação. As crianças devem ser sempre as mais protegidas e devem estar sempre no centro das atenções, uma vez que são o futuro da sociedade. Prepará-las para o futuro e educá-las para uma sociedade mais justa deve ser um princípio base de cada família e cada ser humano.

A dissertação está estruturada em dois grandes capítulos. No primeiro capítulo é abordado o enquadramento teórico, onde se encontram vários tópicos relacionados com o tema, tais como o desenvolvimento da criança, o modelo bioecológico do desenvolvimento humano, a distinção entre fatores de risco e proteção, a relação entre família e criança, os estilos parentais e a parentalidade positiva, bem como, os normativos legais nacionais e internacionais e o sistema português de proteção à infância. No segundo capítulo é explicitada a metodologia, a análise dos dados e a apresentação e discussão dos resultados.

A finalizar encontram-se as conclusões do estudo realizado, tendo implícito o intuito de contribuir para a elaboração do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens do Concelho.

PARTE I – REVISÃO DA LITERATURA

1. Desenvolvimento da criança

A família é o primeiro microssistema com que a criança contacta sendo que é o seu primeiro agente de socialização, por isso, a família é considerada tão importante para o desenvolvimento da criança.

De acordo com Pereira-Silva e Dessen (2003, citados por Silva, Nunes, Betti & Rios, 2008) “as interações estabelecidas no microssistema família são as que trazem implicações mais significativas para o desenvolvimento da criança, embora outros sistemas sociais (ex.: escola, local de trabalho dos genitores, clube) também contribuam para o seu desenvolvimento” (p.216). É no seio familiar que a criança vai aprender normas, valores e crenças para integrar-se e adaptar-se à vida em sociedade.

De maneira geral, a família é considerada o primeiro e o principal contexto de desenvolvimento da criança, justamente porque tem obrigações e responsabilidades bem específicas ao longo da trajetória de socialização da criança.

Desse modo, é dever dos pais cumprir funções de sustento, educação e assistência aos filhos, procurando colocá-los a salvo de qualquer forma de abandono, violência ou discriminação. Entretanto, a pobreza pode levar pais e outros cuidadores a falhar ou se omitir nessas tarefas. Nessas circunstâncias, a experiência da convivência familiar tende a se realizar em um contexto marcado por uma série de privações que são decisivas para o bem-estar físico e emocional da criança (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2004, p.616).

Caso na família já existam problemas, inevitavelmente irão influenciar negativamente o desenvolvimento saudável da criança, conduzindo à existência de maus tratos e problemas de desenvolvimento, entre outros.

Segundo Szymanski (2004, citado por Silva et al. 2008) “é na família que a criança encontra os primeiros “outros” e com ela aprende o modo humano de existir. Seu mundo adquire significado e ela começa a constituir-se como sujeito. Isto se dá na e pela troca intersubjetiva, construída na afetividade, e constitui o primeiro referencial para a formação da sua identidade.” (p.216). A criança é um ser que se encontra em constante crescimento, desenvolvimento e mudança.

Esta mudança sendo necessária e útil, implica sempre um risco, pois ela contempla inevitavelmente um período de alguma incerteza e fragilidade. Durante o seu crescimento os fatores genético-ambientais interagem de uma forma interdependente e dinâmica, modificando-se em função da influência mútua existente entre eles, isto é, a criança altera o seu ambiente e por sua vez esta é alterada pelas mudanças que provoca (Reis, 2009, pp. 1-2).

De acordo com Bronfenbrenner, o conceito de contexto de desenvolvimento engloba tanto as condições físicas em que a criança realiza o seu viver como a rede de relações que definem a qualidade da convivência social nesses espaços.

Quer dizer isto que as redes primárias e secundárias são contexto de desenvolvimento da criança na primeira infância, sendo nesta que as crianças aprendem a maior parte das aptidões para o longo da sua vida, quando a criança é exposta a situações severas cujas aptidões não sejam adquiridas de forma saudável existe um risco muito grande de deformações na construção da personalidade, construção de relações sociais e no desenvolvimento psicológico (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2004, p.616).

1.1. Maus tratos na infância

Uma vez que a história de vida é contextualizada na interação entre genética e ambiente, quando estamos perante situações de risco ou perigo deve ter-se em conta toda a história e percurso de vida da criança (Reis, 2009).

As crianças consideradas em risco são aquelas que têm uma relação com algo não desejado, ou seja, permanecem num ambiente em que a situação/condução é considerada de risco para a sua vida, que repetida diversas vezes, leva a situações traumáticas ou, em muitos casos à sua repetição no futuro. (Reis, 2009)

Segundo Magalhães (2002, citado por CNPDPCJ, 2020) os maus tratos definem-se por “qualquer forma de tratamento físico e (ou) emocional, não acidental e inadequado, resultante de disfunções e (ou) carências nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e (ou) poder” (p.24).

É possível distinguir-se dois tipos de situações em que as crianças se encontram desprotegidas, as situações de perigo e as situações de risco. As crianças em situações de perigo são aquelas que estão a ser vítimas de maus tratos. As crianças em risco são aquelas que têm uma relação com algo não desejado o que as torna vulneráveis à existência de maus tratos (Leça, Perdigão, Laranjeira, Menezes, Velez, Veloso, Oliveira, Branco, Jardim, Chaves, Prazeres, 2011).

1.2. Fatores de risco e fatores de proteção

Os fatores de proteção são atos que diminuem a ocorrência de fatores de risco e os fatores de risco são atos que aumentam a probabilidade de ocorrência de mau-trato. Elencamos na tabela seguinte estes fatores ao nível da criança, da família e do contexto social e cultural.

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

Tabela 1 Fatores de Risco e Fatores de Proteção

	Fatores de proteção	Fatores de risco
Criança	Boa autoestima Desejo de autonomia e comportamento exploratórios Capacidade de pedir ajuda Forte vinculação com um dos progenitores Resiliência Estado geral saudável Capacidade de empatia e pro-atividade Boas capacidades cognitivas	Prematuros com baixo peso e temperatura difícil Défice físico ou psíquico Doenças neurológicas congénitas ou adquiridas Problemas de saúde crónicos ou atrasos de desenvolvimento Problemas de comportamento Não satisfação das expectativas dos pais
Família	Vinculação segura com a criança Exercício afetivo das responsabilidades parentais Estilos parentais adequados às necessidades da criança Expectativas adequadas ao desenvolvimento e necessidades dos filhos Interações positivas pais-filhos Suporte conjugal Capacidade de resolução de problemas familiares Disponibilidade emocional	Desestruturação familiar Elevado número de filhos Pais adolescentes Conflitos conjugais Violência doméstica Expectativas irrealistas relativamente ao comportamento e capacidade dos filhos Desconhecimento das necessidades infantis Ausência de comunicação pais – filhos Vinculação insegura Défice no exercício das responsabilidades parentais Monoparentalidade
Contexto social e cultural	Meio escolar integrador Apoio social disponível Grupos formais e informais de pares Recursos adequados na comunidade Comunidade com recursos de educação, saúde Ocupação de tempos livres, etc.	Aceitação de violência como forma de disputa interpessoal Exaltação mediática de violência Tolerância social para a educação através de punição física Definição de mau trato como práticas tidas como aceitáveis pela cultura de pertença

Fonte: Guia de Orientações para profissionais de Ação Social na abordagem de situações de maus tratos e outras situações de perigo

1.3. Tipos de maus tratos

Os maus tratos manifestam-se através de dois comportamentos, ativos e passivos. Os comportamentos ativos são os abusos físicos, emocionais ou sexuais e os comportamentos passivos a omissão ou negligência de cuidados e/ou afetos (CNPDPJCJ, 2020).

Os maus tratos podem ser exercidos através das seguintes formas:

- Negligência: insatisfação das necessidades básicas de higiene, alimentação, educação, afeto, entre outras, adequadas para um saudável crescimento e desenvolvimento da criança. Manifesta-se através da carência de higiene, episódios repetidos de intoxicação, hematomas em várias zonas do corpo da criança aparentemente sem explicação, perturbações no desenvolvimento e habilidades sociais, falta de rotinas diárias, entre outras.
- Mau trato físico: resulta de qualquer ação não accidental, isolada ou repetida, infligida por pais, cuidadores ou outros com responsabilidade face à criança ou jovem, a qual provoque (ou possa vir a provocar) dano físico. Manifesta-se através de hematomas, queimaduras, escoriações, entre outras, visíveis no corpo da criança, atraso no desenvolvimento, síndrome da criança abandonada, entre outros.
- Mau trato psicológico e/ou emocional: resulta da privação de um ambiente de segurança e de bem-estar afetivo indispensável ao crescimento, desenvolvimento e comportamento equilibrados da criança/jovem. Manifesta-se através de comportamentos agressivos, episódios de ansiedade, perturbações alimentares, manifestação de comportamentos suicidas, entre outros.
- Abuso sexual: corresponde ao envolvimento de uma criança ou adolescente em atividades cuja finalidade visa a satisfação sexual de um adulto ou outra pessoa mais velha. A relação do adulto para com a criança é de poder e autoridade recorrendo a chantagem, intimidação e/ou com recurso a objetos que a criança goste ou deseje. O abuso sexual passa por obrigar a criança a assistir a conversas, filmes impróprios, estimulação dos órgãos sexuais, tanto apenas do adulto ou criança como de ambos, prática do coito e/ou utilização de objetos anal e/ou vaginal. Manifesta-se através de lesões externas nos órgãos sexuais, presença de esperma no corpo da criança/jovem, lassidão anormal do esfíncter anal ou do hímen, fissuras anais, prurido, dor ou edema na região vaginal ou anal, lesões no pénis ou região escrotal, laceração do hímen, infeções de transmissão sexual, gravidez.

- Síndrome de Munchausen por procuração: O adulto cuidador atribui à crianças vários sintomas e sinais com o intuito de influenciar a análise clínica levando a tratamentos exaustivos, intensivos e invasivos sem necessidades e a internamentos sucessivos. Os sintomas ou sinais podem não existir ou ser provocados intencionalmente. São indicadores a administração, à criança/jovem, de uma droga/medicamento para provocar determinada sintomatologia; adicionar sangue ou contaminantes bacterianos às amostras de urina da vítima; provocar semi-sufocação de forma repetida antes de acorrer ao serviço de urgência anunciando crises de apneia (Leça et al, pp. 7-10).

A existência de maus tratos acarreta, para as crianças, consequências que se manifestam a vários níveis no seu desenvolvimento, sendo que a sua gravidade, a longo prazo, depende de fatores como o tipo e a duração dos maus tratos, bem como o grau de violência, a idade em que ocorrem, o nível de desenvolvimento em que a criança se encontra e o grau de parentesco entre ela e o agressor.

Nas palavras de Magalhães (2002, cit. Reis, 2009), os maus-tratos ocorridos no seio da família são os de pior consequência para as crianças, uma vez que se verifica uma quebra profunda de confiança e uma perda de segurança em casa, o que constitui uma ameaça profunda ao seu desenvolvimento. (p.96)

2. Modelo bioecológico do desenvolvimento humano

Bronfenbrenner & Moris (1998, citado por Martins, & Szymanski, 2004) considera que o desenvolvimento humano consiste no “processo que se refere à estabilidade e mudanças nas características biopsicológicas dos seres humanos durante o curso de suas vidas e através de gerações” (p. 68).

Para o mesmo autor, o desenvolvimento infantil “ocorre conforme a criança se envolve ativamente com o ambiente físico e social, assim como ela o compreende e o interpreta” (p. 68).

Bronfenbrenner (1998 citado por Barreto, 2016) define e propõe a ecologia do desenvolvimento humano como

O estudo científico da progressiva acomodação mútua, durante todo o curso de vida, entre um ser humano ativo em crescimento e as propriedades em mudança nos contextos imediatos os quais a pessoa em desenvolvimento vive; nesse processo ela é afetada pelas relações entre esse contexto imediato e os distantes, estando todos estes contextos encaixados (p. 283)

Bronfenbrenner (1998) diz-nos que o indivíduo está inserido em vários sistemas, e que todos eles exercem influência no desenvolvimento humano. Assim, apresenta-nos quatro dimensões: O microsistema é o ambiente imediato no qual a pessoa está inserida, é o espaço onde vivencia várias experiências como relacionamentos e atividades com outras pessoas em desenvolvimento. Este sistema só provoca mudanças no ciclo da vida quando as pessoas apresentam personalidades diferentes, outras culturas e pensamentos. O mesossistema são ligações entre dois microsistemas nos quais a pessoa tem um processo contínuo no percurso de vida, como as relações casa-escola ou casa-trabalho. No exossistema, a pessoa não tem um papel ativo, porém os eventos que ocorrem interferem com o microsistema no qual está inserida; e o macrossistema é o contexto que engloba toda a sociedade, todas as várias culturas, apresentando crenças e valores distintos, diferentes estilos de vida, recursos, oportunidades, entre outros aspetos (Bronfenbrenner & Morris, 1998, citados por Barreto, 2016).

Tanto as interações que acontecem no microsistema como no macrossistema geram resultados no desenvolvimento humano, em que o indivíduo é influenciado e influencia os indivíduos que lá se encontram (Bronfenbrenner & Morris, 1998, citados por Barreto, 2016).

Porém, a teoria ecológica apresenta várias lacunas e Bronfenbrenner percebe que o desenvolvimento humano não é transformado apenas pelas interações nos vários microsistemas, como também por aspetos biológicos, cognitivos, comportamentais, emocionais, entre outros. Desta forma, engloba o desenvolvimento humano e familiar e dá ênfase à interação pessoa-contexto, dando importância às

intenções, objetivos e ações que ocorrem nesse desenvolvimento, ao que ele designa de sistema semiótico. Deste modo, a influência no desenvolvimento humano não parte somente da interação entre microssistema, como do “processo proximal que representa as formas de interação do organismo com o ambiente sendo a forma, força, o conteúdo e a direção dos resultados no desenvolvimento humano” (Bronfenbrenner & Morris, 1998, citados por Barreto, 2016, pp. 285-286). É exemplo desta influência a relação mãe-bebé, onde o bebé através do afeto adquire novas habilidades.

Assim, Bronfenbrenner (1998, citado por Martins, & Szymanski, 2004) introduz quatro aspetos multidimensionais interrelacionados, designados por PPCT, a **pessoa** refere-se às mudanças que vão acontecendo ao longo da vida da pessoa considerando as suas convicções, atividades, metas e motivações; o **processo** corresponde às ligações diárias, onde a pessoa vai ter papel ativo na interação recíproca com outras pessoas; o **contexto** refere-se ao ambiente no qual o indivíduo está inserido e onde se desenvolvem os processos de desenvolvimento, referindo-se aos microssistemas supracitados; e, o tempo refere-se ao desenvolvimento no sentido histórico, ou seja, há medida que vão existindo acontecimentos no tempo, o indivíduo ou população vai sofrendo modificações de acordo o paradigma em vigor, como o nascimento de um irmão, ou a mudança de mentalidades de uma época para outra, entre outras.

Concluimos, assim, que todo o processo de interações humanas vão influenciar o desenvolvimento do outro que o rodeia e do próprio envolvendo fatores físicos, psicológicos e biológicos, entre outros. Assim, quando intervimos com a criança não se pode considerá-la somente como pessoa que necessita de intervenção, mas todo o ambiente no qual se insere, por isso, a intervenção com a família é muito importante, pois ao intervir com a família irá também provocar mudanças na criança.

3. O papel da família na intervenção com crianças

Como vimos nos capítulos anteriores a família constitui um papel fundamental na vida da criança, assim quando intervimos com a criança não podemos somente centrarmo-nos nas suas necessidades como também nas necessidades da família. Vejamos então o que nos diz a abordagem centrada na família.

Trivette e Dunst (2005, citados por Carvalho, Almeida, Felgueira, Leitão, Boavida, Santos, Franco, 2016) afirmam que a abordagem centrada na família é um “conjunto de práticas que reconhecem a centralidade da família e promovem as suas forças e capacidades. As famílias são apoiadas no seu papel de cuidadoras, partindo dos seus pontos fortes.” (p.71).

Dunst (1997, citado por Carvalho et al, 2016) faz referência a dez princípios orientadores das práticas centradas na família:

1- As famílias e os seus membros são em todas as circunstâncias tratados com dignidade e respeito; 2- Os profissionais são sensíveis e responsivos à diversidade cultural, étnica e socioeconómicos das famílias; 3- Os processos de escolha e de tomada de decisão das famílias acontece em todos os níveis de envolvimento da família no processo de intervenção; 4- Os profissionais partilham a informação de que as famílias necessitam para que possam fazer escolhas informadas de forma sensível, completa e não distorcida; 5- O foco das práticas de intervenção assenta nos desejos, nas prioridades e nas preferências das famílias; 6- Os profissionais disponibilizam apoios, recursos e serviços às famílias de uma forma sensível, responsiva e individualizada; 7- Para se atingirem os objetivos identificados pela família, é usado um vasto leque de apoios e recursos formais, informais e da comunidade; 8- Os profissionais constroem sobre os pontos fortes, as capacidades e os interesses da criança, dos seus pais e da família como as vias principais de fortalecimento do funcionamento familiar; 9- As relações entre os profissionais e as famílias caracterizam-se por parcerias colaborativas baseadas na confiança e respeito mútuos e na partilha do processo de resolução de problemas; 10- Os profissionais usam práticas de prestação de ajuda que apoiam e fortalecem o funcionamento familiar (p. 73).

Durante muito tempo, os profissionais exerciam as intervenções centradas apenas nas crianças, identificavam os seus problemas e intervinham com as elas a fim de o seu futuro não ser comprometido pelas suas dificuldades, enquanto isso, os pais não eram envolvidos na intervenção. Porém, começou a considerar-se a família como a base primordial para o desenvolvimento das crianças e por isso deveriam ser acompanhadas e apoiadas ao mesmo tempo que as crianças (Carvalho et al, 2016).

A abordagem centrada na família considera que, para além das necessidades das crianças, as da família também têm impacto na vida e desenvolvimento das crianças pelo que devem ser consideradas na intervenção. Preconiza que os profissionais e famílias devem estabelecer uma relação de parceria e

colaboração, em que os profissionais devem fornecer às famílias toda a informação necessária para decisões informadas e as famílias devem colaborar em todas as etapas da intervenção. A intervenção deve ser baseada e estruturada de modo a responder às prioridades, potencialidades e necessidades da família. Considera, ainda, que cada família é um caso e cada uma deve ter uma intervenção adequada às suas necessidades (Carvalho et al, 2016).

Podemos concluir que a família é a base do desenvolvimento das crianças, se na família existem problemas a criança não se desenvolve num ambiente saudável e é necessário intervir para que aquela criança tenha o maior acompanhamento e apoio disponível por parte dos cuidadores. A família assume um papel importante nas intervenções porque é a primeira relação de contacto que a criança estabelece e os pais assumem a responsabilidade de interagir e promover o melhor desenvolvimento da criança, por isso ela deve estar num bom ambiente e ter um bom suporte para aprender e desenvolver-se.

3.1. Estilos parentais

É notório que, ao longo dos anos a organização familiar tem vindo a sofrer alterações, nomeadamente, nas práticas educacionais. A forma de educar passava pelo exercício, muitas vezes, da força física, verbal e emocional. As crianças eram punidas com recurso à violência para se manterem quietas ou “não falarem muito”, e era culturalmente aceite porque “os meus pais já o faziam, eu não me queixava e é a forma mais correta de aprender”. O que temos vindo a assistir por parte dos altos organismos governamentais, é a punição, cada vez maior, da afirmação anterior. Têm sido muitos os esforços para garantir os direitos das crianças e consciencializar as famílias para outras práticas de exercer autoridade.

É no seio familiar que a criança aprende, experimenta e reproduz sentimentos e situações, que posteriormente serão replicadas como aprendizagens. Tudo o que a família faz com a criança influencia o seu comportamento, se o pai/mãe pune ou exerce autoridade de forma agressiva e violenta a criança considera que é a forma correta de punir e replica.

Hoffman (1960, citado por Cecconello, Antoni & Koller, 2003) define o poder como o potencial que uma pessoa tem para compelir a outra a agir de maneira contrária à sua própria vontade. A relação entre pais e filhos ilustra uma típica situação na qual existe uma concentração de poder na figura dos pais. Existem, no entanto, duas maneiras pelas quais os pais podem utilizar este poder para alterar o comportamento dos filhos: a primeira, através de uma disciplina indutiva, que objetiva uma modificação voluntária no comportamento da criança; e a segunda, através de técnicas que reforçam e reafirmam o poder parental, como práticas coercitivas (p.46).

Assim, a disciplina indutiva é uma prática educacional que visa a modificação de comportamentos mostrando à criança as consequências dos seus atos para com os outros, como a explicação de valores, princípios, regras e advertências morais, os pais direcionam a atenção do filho para as consequências morais e o que as suas ações podem provocar no outro. A disciplina coercitiva é uma prática educacional com recurso à força e ao poder, recorrendo à punição física, ameaças e restrição de regalias. Muitas vezes, provoca nas crianças “emoções intensas, como hostilidade, medo e ansiedade” incapacitando a criança de ajustar o seu comportamento (Hoffman, 1975, citado por Cecconello, et al., 2003).

Maccoby e Martin (1983, citados por Cecconello, Antoni, & Koller, 2003) reformulam o modelo de estilos parentais de Baumrind, e salientam duas dimensões: a exigência (comportamento parentais de supervisão e disciplina) e responsividade (comportamentos de apoio e aceitação) que vão dar origem a quatro estilos parentais, autoritativo, autoritário, indulgente e o negligente.

No estilo autoritativo os pais estabelecem regras, monitorizando os comportamentos das crianças, repelindo condutas negativas e gratificando condutas positivas. A relação pai-filho é constituída por uma comunicação clara e aberta, pelo respeito mútuo e por interações afetuosas. São pais que correspondem às necessidades dos filhos “solicitam a sua opinião quando conveniente, encorajando a tomada de decisões e proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de suas habilidades” (Cecconello, Antoni, & Koller, 2003, pp. 47-48).

No estilo autoritário os pais estabelecem regras rígidas enfatizando a obediência em qualquer participação da criança, o seu comportamento é controlado através da punição, não é valorizado o diálogo, não se valorizam as opiniões e questões da criança nem encorajam a sua autonomia e independência.

No estilo indulgente os pais não estabelecem regras de responsabilidade e maturidade, são tolerantes e é a criança quem monitoriza o seu comportamento. Por outro lado, são afetuosos, comunicativos e satisfazem qualquer pedido da criança.

No estilo negligente os pais não são afetivos nem exigentes e não têm envolvimento no comportamento da criança, mantendo-as à distância, respondendo apenas às suas necessidades básicas, apenas se centram nos seus interesses.

Verificamos que os aspetos acima elencados reforçam a ideia de que as interações entre genética e ambiente têm uma influência muito grande na vida das crianças quer a curto, quer a longo prazo. Mantendo boas práticas parentais e uma relação saudável desencadeia na criança um crescimento e desenvolvimento adequados.

Várias pesquisas destacam a influência positiva do estilo autoritativo sobre o desenvolvimento psicológico de crianças e adolescentes. Este estilo está relacionado com competência social, assertividade e comportamento independente de crianças. Em adolescentes, encontra-se associado com melhores níveis de adaptação psicológica, competência social, autoestima, desempenho acadêmico, autoconfiança e menores níveis de problemas de comportamento, ansiedade e depressão (Baumrind, 1966, citado por Cecconello, et al., 2003, p.48).

3.2. Parentalidade positiva

A família é um importante fator na vida das crianças e indispensável ao seu desenvolvimento. A família tem como intuito proteger, educar, orientar, cuidar e capacitar a criança a fim de lhe proporcionar um bom desenvolvimento e bem-estar.

A parentalidade é, essencialmente, um processo de interações entre pais e crianças, que normalmente ocorre em cenário familiar e diz respeito ao comportamento das figuras parentais (pais ou substitutos) junto dos seus filhos, no sentido de promover o seu desenvolvimento da forma mais plena possível, utilizando para tal os recursos de que dispõe dentro e fora da família (Carvalho, Lobo, Menezes & Oliveira, 2019, p. 655).

Quando nasce uma criança os cuidadores estão sujeitos à pressão, à responsabilidade pelo que têm que se adaptar para contribuir da melhor forma para o desenvolvimento e crescimento da criança. Tal como acontece com a criança, que tem que se adaptar ao novo ambiente com o contributo incansável dos seus cuidadores.

O processo de crescimento e de desenvolvimento da criança requer, dos pais e da criança, sucesso na adaptação a uma série de ambientes sociais sucessivos, começando com a família, depois com a escola, vizinhos e comunidade e envolvem uma preparação antecipada (Health Canada, 2010, citado por Lopes, 2012, p.40).

Segundo Rodrigues (2019, citado por Carvalho, Lobo, Menezes, Oliveira, 2019) “Desenvolver competências e práticas parentais positivas aumenta a probabilidade de os pais serem capazes de desenvolver comportamentos adaptativos nas crianças, bem como gerir os comportamentos desadaptativos” (p.655).

Assim, a Parentalidade Positiva é um

Comportamento parental baseado no melhor interesse da criança e que assegura a satisfação das principais necessidades das crianças e a sua capacitação, sem violência, proporcionando-lhe o reconhecimento

e a orientação necessários, o que implica a fixação de limites ao seu comportamento, para possibilitar o seu pleno desenvolvimento (Recomendação 19, 2006, p.3).

Desenvolver ações promotoras da parentalidade positiva não deve reger-se somente pelo ensinamento de estratégias aos pais, mas sim ter em conta a experiência de vida de cada cuidador e nela criar mecanismos de melhoria e potencializadores de práticas parentais eficazes.

O exercício da parentalidade positiva refere-se às atividades, realizadas pelos pais, que têm como objetivo específico a promoção do bem-estar e o interesse da criança. Isto implica consciência do processo e sentido de compromisso e responsabilidades, tendo como pré-requisitos o conhecimento e compreensão das principais atividades da parentalidade e do desenvolvimento da criança, a motivação dos pais, as oportunidades e os recursos disponíveis (Hoghughi, 2004, citados por Lopes, 2012 p.42).

A promoção da parentalidade positiva contribui para a consciencialização dos pais para a função que irão assumir ou que estão a assumir e de como é importante o seu contributo paternal e maternal para o crescimento saudável da criança. Ferramentas essenciais para o bem-estar familiar.

Ajudar os pais na sua missão de educadores a desenvolver competências que lhes permitam melhorar as suas práticas educativas é o principal objetivo a cumprir pela Educação Parental. Trata-se de auxiliar os pais, fornecendo-lhes informação, orientação e suporte. Os educadores parentais necessitam compreender o processo de desenvolvimento parental e a forma de promover esse crescimento (Thomas, Cook & Scott, 2006, citados por Carvalho, Lobo, Menezes & Oliveira, 2019, p.656).

4. Direitos das crianças no mundo e em Portugal

As crianças nem sempre tiveram o acompanhamento necessário por parte dos organismos governamentais e da sociedade. É apenas a partir do sec. XIX que se começa a investir mais na vida e bem-estar das crianças. Neste capítulo irá ser apresentado um breve historial sobre o desenvolvimento dos direitos das crianças tanto no mundo como em Portugal.

4.1. Convenção dos Direitos das Crianças

Até ao final do século XIX, a criança era considerada como um mini adulto e não era conhecida como sujeito de direitos, exercia todas as funções laborais como um adulto e era utilizada para trabalhos onde os adultos não conseguiam chegar, como por exemplo, a manutenção das máquinas, uma vez que era necessário chegar por de baixo da máquina para a arranjar, cabia à criança fazer esse serviço, causando

mortes precoces por negligência, visto que a criança não se encontrava qualificada para a manutenção de qualquer máquina. Além disso, as políticas que se aplicavam às crianças eram semelhantes às dos adultos, quando condenadas a prisão, estavam misturadas com violadores, ladrões, mulheres, entre outros presos.

As crianças estavam sujeitas ao trabalho infantil, mendicidade, viviam em situações de pobreza em que reinava a má alimentação, falta de cuidados de higiene, entre outros. Este facto era um flagelo para as famílias e para as crianças. À criança não lhe era reconhecida qualquer lei de exceção nem sequer reconhecida como criança sujeito de proteção e direitos. Relativamente, às políticas públicas eram inexistentes, a criança não tinha qualquer documento que a salvaguardasse ou protegesse (Martins, 2006, citado por Candeias & Henriques 2012).

Até ao século XX muitos foram os movimentos de apoio ao reconhecimento da criança e à criação de leis públicas que protegessem e salvaguardassem a sua vida. A 20 de novembro 1989, a ONU ratifica a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), onde enumera um conjunto de direitos fundamentais para todas as crianças, nomeadamente, direitos civis e políticos, económicos, sociais e culturais, bem como as ordens para serem aplicados em cada Estado. Cada Estado aquando da ratificação deve adequar as normas dos direitos internos às Convenções a fim de promover e proteger os direitos e liberdades nelas consagradas (UNICEF, 2004).

Esta convenção está dividida em 4 partes, sendo que a 1ª Parte informa do que trata a convenção (Preâmbulo), a 2ª Parte diz respeito aos direitos substantivos (54 artigos), a 3ª Parte diz respeito aos procedimentos para monitorizar e implementar a Convenção e a 4ª Parte diz respeito ao que deve ser desenvolvido para a sua ratificação.

A Convenção salienta a importância da dignidade humana, no respeito pela cultura e valor da criança, reforça o papel da família nos cuidados e na proteção da criança e nos pactos de cooperação internacional sobre os direitos da criança, bem como na importância que os Estados têm em construir uma realidade assente na proteção da criança (UNICEF, 2019).

A CDC assenta em quatro pilares fundamentais:

- A não discriminação, todas as crianças têm o direito de desenvolver todo o seu potencial;
- O interesse superior da criança, que deve ser tido em conta em todas as ações e decisões que lhe digam respeito.
- A sobrevivência e desenvolvimento devem ser garantidos o acesso a serviços básicos e igualdade de oportunidades a fim de permitir o seu pleno desenvolvimento;

- A opinião da criança deve ser ouvida, respeitada e tida em conta nos assuntos que lhe dizem respeito (UNICEF, 2004).

A convenção é composta por 54 artigos, como referido anteriormente que se enquadram em quatro categorias de direito, nomeadamente: sobrevivência, desenvolvimento, proteção e participação (UNICEF, 2004).

A UNICEF (2004) reforça a importância dos direitos das crianças e fundamenta referindo-se à criança como um indivíduo a iniciar a sua vida pessoal e social, dependente da sua família nos primeiros anos de vida. Salienta para o impacto negativo das mudanças que ocorrem na sociedade, exemplificando com a desestruturação familiar, entre outras, alude à criança saudável para o bom funcionamento da sociedade e nos custos na sociedade decorrentes dos fracassos juvenis. Realça para as ações ou inações dos governos que podem ser impactantes na vida da criança. Destaca a importância do envolvimento dos mais jovens em processos políticos, onde devem ser tidas em conta as suas opiniões (Ripper, s/d).

4.2. Direitos das crianças em Portugal

O século XX é visto como o “século das crianças” e o “século das instituições” pois as políticas europeias e nacionais de proteção à infância reforçavam a importância dos esforços comuns que permitiam agir de forma completa e eficaz junto das crianças e jovens. Portugal é colocado na vanguarda dos direitos da criança visto que foi um dos primeiros países a adotar uma legislação e procedimentos específicos para menores, que assentavam nas suas necessidades específicas, distinguindo, assim, a criança do adulto, muito antes de surgir a Convenção dos Direitos da Criança, com a promulgação da Lei de Proteção à Infância a 27 de maio de 1911 em virtude das consequências da primeira Guerra Mundial. Neste contexto,

desresponsabilizou-se o menor perante a prática de ilícitos criminais, encarando tal prática como decorrente da exclusão social, carência afetiva e da necessidade de proteção do menor. Com a aprovação da Lei da Infância, foram criados os primeiros Tribunais especializados - as Tutorias da Infância que, em 1925, se alargaram a todo o país e assim terminou a aplicação direta dos Códigos Penal e do Processo Penal a menores (Abreu, 2010, citado por Candeias & Henriques, 2012, p.3).

Ainda, a 5 de maio de 1962 é aprovada a Organização Tutelar de Menores (OTM), através do Decreto-Lei nº 44288, o qual atribui aos tribunais tutelares de menores¹ “a proteção judiciária dos menores, no

¹ Atualmente denominados Tribunal de Família e Menores.

domínio da prevenção criminal, através da aplicação de medidas de proteção, assistência e educação, e no campo da defesa dos seus direitos e interesses, mediante a adoção das providências cíveis adequadas” (art.1.º)

Após estas duas grandes políticas públicas, Portugal ratifica a CDC a 21 de setembro de 1990 e em 2003 o Protocolo facultativo no que diz respeito à venda, prostituição e pornografia infantil, e, no mesmo ano, o Protocolo facultativo no que concerne ao envolvimento de crianças em conflitos armados.

A 5 de maio de 1962 é aprovada a Organização Tutelar de Menores (OTM), através do Decreto-Lei nº 44288, o qual atribui aos tribunais tutelares de menores² “a proteção judiciária dos menores, no domínio da prevenção criminal, através da aplicação de medidas de proteção, assistência e educação, e no campo da defesa dos seus direitos e interesses, mediante a adoção das providências cíveis adequadas” (art.1.º)

Em 1991 são criadas Comissões de Proteção de Menores através da Lei nº 189/91, que em 2001 são substituídas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) através da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99).

Em 1998, através do Decreto-Lei nº 98/98, de 18 de abril, é criada a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco³, que “têm por missão contribuir para a planificação da intervenção do Estado e para a coordenação, acompanhamento e avaliação da ação dos organismos públicos e da comunidade na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens.” (art. 1.º).

Em 1999 são publicadas duas leis, que vigoram até aos dias de hoje, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco⁴ (suprarreferida) e a Lei Tutelar Educativa⁵ (Lei nº 166/99, de 14 de setembro), porém só entraram em vigor em 2001. A primeira distingue menores em perigo onde lhes são aplicadas medidas de promoção e a segunda aplica leis a menores delinquentes ou que prevariquem crimes através das medidas tutelares educativas (Candeias & Henriques, 2012).

De acordo com o artigo 34.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco as medidas de promoção e proteção visam “afastar o perigo em que estas se encontram, proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e

² Atualmente denominados Tribunal de Família e Menores.

³ Renomeada Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens pelo Decreto-lei nº 159/2015, de 10 de Agosto, sofre alterações com o Decreto – Lei nº139/2017, 10 novembro.

⁴ Sofre alterações pela Lei nº26/2018, de 5 de julho.

⁵ Sofre alterações pela Lei nº4/2015, de 15 de janeiro.

desenvolvimento integral e garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso” (Lei n.º 26/2018).

Ainda de acordo com a mesma lei, são medidas de promoção: “apoio junto dos pais; apoio junto de outro familiar; confiança a pessoa idónea; apoio para a autonomia de vida; acolhimento familiar; acolhimento residencial; confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção” (art 35º).

Segundo a Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 4/2015) as medidas tutelares educativas têm como objetivo “a educação do menor para o direito e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidades.” De acordo com a mesma lei são consideradas medidas tutelares educativas “a admoestação; a privação do direito de conduzir ciclomotores ou de obter permissão para conduzir ciclomotores; a reparação ao ofendido; a realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade; a imposição de regras de conduta; a imposição de obrigações; a frequência de programas formativos; o acompanhamento educativo; o internamento em centro educativo” (art. 4º)

Ao longo da história, através das políticas nacionais e internacionais, verificamos que foram muitos os esforços para conhecer a criança como pessoa de direitos e sujeito passível de proteção. Estas medidas forma muito importantes visto que pouparam as crianças a muitas situações de vulnerabilidade e que colocavam a sua vida em risco.

5. Sistema de Proteção à infância e juventude em Portugal

Na pirâmide de Subsidiariedade (vide Fig. 1) podemos ver como se encontra estruturado o Sistema de Proteção à Infância e Juventude. Todos os agentes sociais, ali representados, têm um papel fundamental na promoção dos direitos da criança, devem providenciar medidas de prevenção primária que atenuem minimizando os fatores de risco, cabendo às Organizações Não Governamentais (ONG), Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Escolas, entre outras, tal competência. (CNPDPJ, 2020).

Figura 1 Pirâmide de Subsidiariedade



Fonte: Guia de orientações para profissionais de ação social na abordagem de maus-tratos ou outras situações de perigo.

As entidades de primeira linha de ação (EPL), ou seja, saúde, educação, segurança social, entidades policiais, autarquias, IPSS, ONG, entre outras, como o nome indica devem atuar num primeiro momento da intervenção. Esta intervenção é exercida em vários níveis, nomeadamente, “na intervenção e prevenção de situações de risco, bem como na prevenção das situações de perigo, sua deteção, diagnóstico, intervenção precoce, e ainda no seu encaminhamento e/ou acompanhamento para o segundo patamar de intervenção, ou seja, para as CPCJ” (CNPDP CJ, 2020, p.82).

Estas entidades têm um papel fundamental, uma vez que, são as mais próximas das crianças e das suas famílias, agem na base do consenso da família/cuidadores e da própria criança.

Se estas entidades de primeira linha não conseguirem retirar a criança do risco deve ser comunicada a situação à CPCJ a qual deve realizar uma intervenção a nível de prevenção secundária com as famílias implementando medidas de promoção e proteção, citadas no capítulo anterior. Os casos só são remetidos ao Ministério Público em última instância. De realçar que a competência para decretar medidas de promoção e proteção apenas cabe às CPCJ e aos tribunais (CNPDP CJ, 2020).

5.1. Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

As Comissões de proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) surgiram através da Lei n.º147/99 de 1 de setembro, alterada pela lei nº 26/2018. De acordo com o site oficial da Comissão Nacional de Promoção de

Direitos e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CNPDPJCJR) as CPCJ “são instituições oficiais não judiciais com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral” (CNPDPJCJR, 2020)

As Comissões constituem-se em duas modalidades: (a) modalidade alargada, à qual “competem desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem” e “colaborar com as entidades competentes no estudo e elaboração de projetos inovadores no domínio da prevenção primária dos fatores de risco, bem como na constituição e funcionamento de uma rede de respostas sociais adequadas” (art.º 18); e, (b) modalidade restrita, à qual “competem intervir nas situações em que uma criança ou jovem está em perigo” (art.º 21).

De acordo com a lei supracitada, a intervenção junto das crianças acontece quando ela se encontra em situação de perigo, ou seja, quando:

Está abandonada ou vive entregue a si própria; Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; Não recebe os cuidados ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal; Está ao cuidado de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais; É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de factos lhes oponham de modo adequado a remover essa situação (art.º 3, Lei n.º 26/2018).

Cabe às Comissões a promoção dos direitos e a proteção da criança e do jovem em perigo, devendo para isso:

(a) dinamizar ações de prevenção primária e secundária, nomeadamente, mediante a definição de planos de ação local; (b) promover e integrar parcerias; (c) avaliar, diagnosticar e intervir em situações de risco e perigo; (d) implementar estratégias de intervenção necessárias e adequadas à diminuição ou erradicação dos fatores de risco; (e) acompanhar a criança, jovem e respetiva família em execução de plano de intervenção definido pela própria entidade, ou em colaboração com outras entidades congêneres; (f) executar os atos materiais inerentes às medidas de promoção e proteção aplicadas pela comissão de proteção ou pelo tribunal, de que sejam incumbidas, nos termos do acordo de promoção e proteção ou da decisão judicial; (g) elaborar e

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

manter um registo atualizado, do qual conste a descrição sumária das diligências efetuadas e respetivos resultados (Art.º 7.º, Lei n.º 26/2018).

As CPCJ assumem um papel na proteção da criança uma vez que atuam em diversas frentes na prevenção de situações que coloquem a criança em risco e na deteção de casos de maus tratos. Atuam ainda com as famílias a fim de promover e garantir os direitos que são concedidos às crianças. Assiste-se a um esforço maior por parte destes organismos em desenvolver ações promotoras dos direitos e proteção das crianças, como é exemplo o Projeto Adélia ou o Projeto 12 Justiça para Crianças, entre outros, que constituem uma mais-valia para o seu bem-estar e qualidade de vida.

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

1. Enquadramento do Estudo

Neste capítulo irá apresentar-se o projeto que deu origem à elaboração do presente estudo. Sendo de referir que a investigação realizada teve um contributo indispensável da CPCJ de Portalegre, nomeadamente na disponibilização dos dados recolhidos no âmbito do projeto Adélia, bem como, dos indicadores para a caracterização do território.

1.2. Projeto Adélia

O projeto Adélia promove a participação das crianças, dos jovens e das famílias na avaliação e identificação das suas necessidades “É um Projeto de apoio à Parentalidade Positiva e à capacitação parental. É uma estratégia preventiva para a promoção e proteção dos direitos da criança, baseada no conhecimento da realidade infantojuvenil.” (CNPDP CJ, 2020).

Figura 2 Os Quatro eixos do Projeto Adélia



Fonte:

Projeto Adélia: Projeto de Parentalidade Positiva

Este projeto tem como destinatários, para além das crianças e jovens, famílias, as CPCJ, os profissionais de entidades locais com competência em matéria de infância e juventude e a comunidade local. Desenvolve-se em quatro eixos, nomeadamente:

“Mais proteção” que consiste na capacitação de famílias para o desenvolvimento da parentalidade responsável através de Planos Locais de Promoção de direitos das crianças; “Mais capacitação” tem como fim dar competências aos profissionais da CPCJ e entidades com competência em matéria de infância e juventude; “Mais famílias positivas” através da realização de seminários, workshops, campanhas com destinatários estratégicos para a promoção da parentalidade positiva e garantia dos direitos das crianças; “Mais inovação

social” que consiste na dinamização de programas com vista à promoção da parentalidade positiva (vide Fig. 2). E, tem como principais objetivos e resultados a atingir:

Desenvolver planos locais de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens, garantindo estratégias de apoio a uma parentalidade positiva e responsável; qualificar a intervenção das comissões de proteção e das entidades com competência em matéria de infância e juventude e capacitar as famílias para o exercício de uma parentalidade positiva nas diferentes dimensões da vida familiar (CNPDPJ, 2020).

2. Caracterização do território

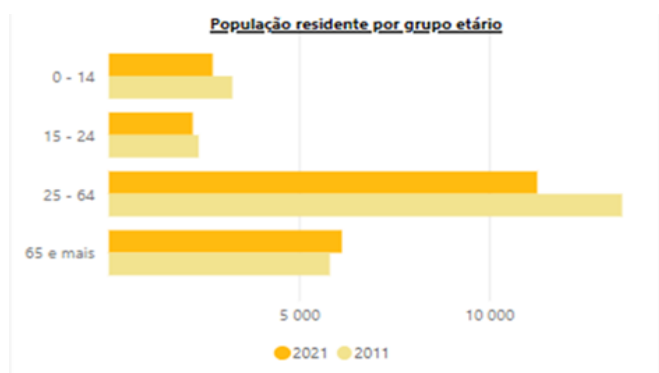
De acordo com o diagnóstico social do concelho de Portalegre, este situa-se na região do Alentejo, mais precisamente no Alto Alentejo, é constituído por sete freguesias, a União de freguesias Sé e São Lourenço (perímetro urbano), Alagoa, Alegrete, União de freguesias Carreiras e Ribeira de Nisa, Fortios, União freguesias Reguengo e S. Julião (perímetro rural), e caracteriza-se pela sua população dispersa.

– População

De acordo com os censos de 2021, o município de Portalegre tem 22 341 habitantes, menos 10,4% que em 2011 (24 930 indivíduos). Apresenta 9575 agregados, menos 6% que no ano de 2011. Distribuindo a população por sexos, em 2011 existiam 11 971 indivíduos do sexo masculino, de 2011 a 2021 houve uma quebra de 11,5%. Relativamente ao sexo feminino, em 2011 existiam 12 959 indivíduos, assiste-se em 2021 a uma quebra de menos 9,3% (INE, 2021).

O grupo etário com maior representatividade é o de 25-64 anos (Fig. 3). A tendência, neste concelho é de diminuição da população jovem (INE, 2021).

Figura 3 População residente por grupo etário



Fonte: PORDATA

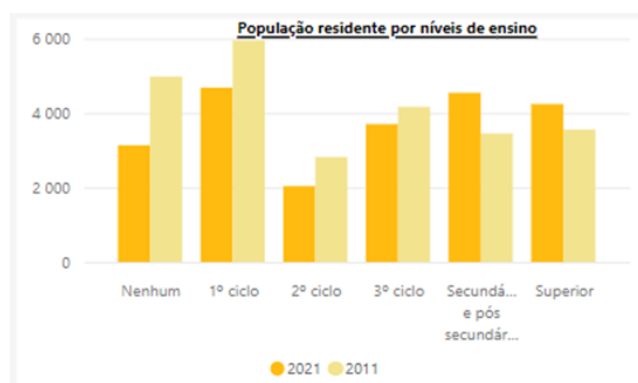
De acordo com a PORDATA (2021) é possível constatar que a idade ativa, em 2011, representava 63,6%. Contudo, em 2021, por cada 100 jovens, 224,3% são idosos, o que significa que este grupo populacional aumentou 45,4% desde o ano de 2011.

Salienta-se, também a importância dos números de nascimentos no concelho. Assim, em relação ao ano de 2011 nasceram menos 20 crianças em 2021. (PORDATA, 2021).

– Escolaridade

Segundo os dados do último Censos (vide Fig. 4), no concelho de Portalegre a maior parte da população é caracterizada por apresentar baixo nível de escolarização, existem 3134 indivíduos sem nenhum nível de ensino (em 2011 eram 4982 pessoas). Verificamos que ao longo dos anos a população tem vindo a obter maiores níveis de escolarização (INE, 2021).

Figura 4 População residente por nível de ensino



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

– Famílias

De acordo com os dados dos censos de 2021 em Portalegre existem 9575 agregados familiares, apresentando uma taxa de variação de menos 6%. Dividindo os agregados por tipo, em 2011, existiam 10 160 agregados doméstico privado⁶ e em 2021, 9557. Relativamente, ao agregado institucional⁷ em 2011 eram 21 e em 2021 eram 18 agregados.

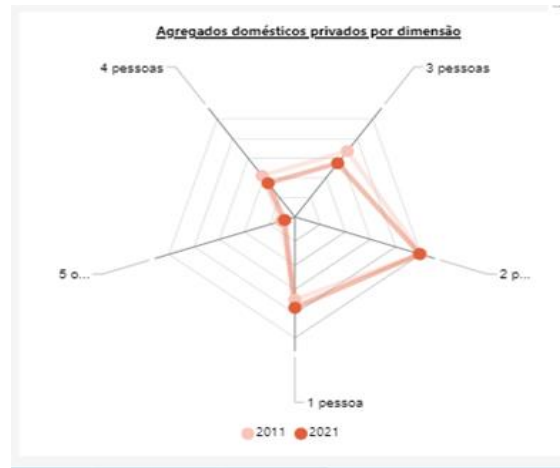
Relativamente à dimensão do agregado (vide Fig. 5), os agregados com uma pessoa em 2011 eram 2408 e em 2021 totalizam 2640. Agregados com duas pessoas em 2011 existiam 3516 e em 2021 eram 3483. Agregados com três pessoas em 2011 eram 2371 agregados e 1933 em 2021. Agregados com quatro

⁶ Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente

⁷ Conjunto de pessoas residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, são beneficiárias de uma instituição e governadas por uma entidade interna ou externa ao grupo de pessoas.

peçoas em 2011 eram 1482 e 1214 em 2021. Por fim, agregados com cinco ou mais peçoas em 2011 eram 383 e 287 em 2021. Verificamos, assim, que o único tipo de agregado que aumentou nos últimos anos foi o de uma peço, sendo que todos os outros diminuíram.

Figura 5 Agregado doméstico privado

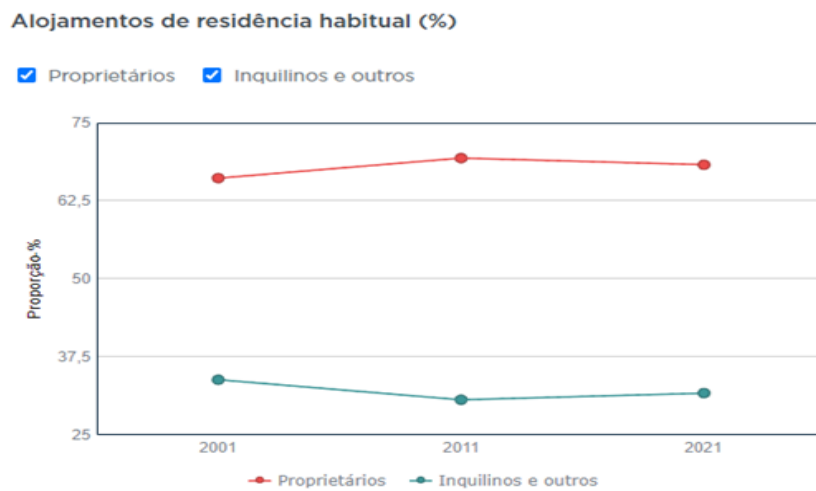


Fonte: PORDATA

– Habitação

Analisando as condições de habitação dos munícipes portalegrenses (vide fig. 6), verificamos que relativamente aos alojamentos de carácter habitual, o número de proprietários tem vindo a aumentar ao longo dos anos, em 2001 eram 66,1% e em 2021 eram 68,3%. Pelo contrário, o número de arrendatários tem vindo a diminuir, em 2001 tínhamos 33,9% e em 2021 tínhamos 31,7%.

Figura 6 Domicílio permanente



Fonte: PORDATA

– Saúde

O município de Portalegre, apenas tem um Hospital distrital, denominado Dr. José Maria Grande. O número de pessoal empregado no hospital tem vindo a aumentar, em 1999 dispunha de 80 médicos e em 2020 de 122. No que se refere a enfermeiros, em 1999 dispunha de 200 e em 2020 de 441. Relativamente a pessoal auxiliar de enfermagem em 1999 dispunha de 40 profissionais e em 2020 de 229. Ainda, a nível de técnicos de diagnóstico terapêutico, em 1999 dispunha de 36 e em 2020 de 94 (PORDATA, 2020).

Ainda tem um Centro de Saúde, abrangendo o Agrupamento de Centros de Saúde - Norte Alentejano, a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano. Esta unidade dispõe de uma equipa multidisciplinar dividida por várias unidades funcionais, nomeadamente, unidades de saúde familiar (USF), unidades de cuidados de saúde personalizados (UCSP), unidades de cuidados na comunidade (UCC), unidades de saúde pública (USP) e unidades de recursos assistenciais partilhados (URAP) (Camara Municipal de Portalegre, 2015)

– Educação

A nível de educação Portalegre assume um patamar de destaque pois tem instituições de ensino e uma rede escolar que abrange todos os níveis de escolaridade.

O concelho tem dois agrupamentos de escolas: o Agrupamento de Escolas do Bonfim e o Agrupamento de Escolas José Régio. No total, tem sete estabelecimentos de ensino pré-escolar, 11 estabelecimentos de 1.º ciclo do ensino básico, dois de 2.º ciclo do ensino básico, três de 3.º ciclo de ensino básico, três de ensino secundário e um de ensino superior.

Passamos a caracterizar, de modo global, os agrupamentos de Escolas, nos quais decorreu a recolha de dados para a realização do presente estudo, nomeadamente a nível dos 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico.

– Agrupamento de Escolas José Régio

O Agrupamento de Escolas José Régio tem a Escola sede situada na antiga freguesia da Sé, agora unida com a de S. Lourenço, de onde provêm a maioria dos alunos que o frequentam, seja no ensino pré-escolar, no 1.º, 2.º ou 3.º Ciclos do Ensino Básico.

Este Agrupamento alberga sete Escolas, situadas em quatro das sete freguesias do concelho de Portalegre, a saber: Alegrete, União de Freguesias de Reguengo e São Julião, Urra e União das Freguesias da Sé e São Lourenço. Estas freguesias abrangem a parte Sul/Sudeste do concelho, numa proporção que se aproxima dos dois terços do mesmo e são caracterizadas, de um modo geral, por um povoamento disperso. Em termos populacionais, e segundo os resultados preliminares do último Censos, estas quatro freguesias contam com 18302 habitantes representando de 81,82% da população do concelho, sendo que se verifica uma maior concentração populacional nas freguesias urbanas, onde se situam as duas maiores Escolas do 1.º Ciclo e a Escola Sede do Agrupamento, a Escola Básica José Régio.

O Agrupamento de Escolas N.º 1 de Portalegre foi criado simultaneamente com outros 34 agrupamentos pelo Despacho Conjunto 73/SEAE/96 de 3 de novembro, sendo constituído pelos diferentes subsistemas de educação, desde a educação pré-escolar ao 2.º e 3.º Ciclos.

Face à realidade do interior do país e de forma mais particular do distrito de Portalegre, embora tenha perdido bastante população nos últimos anos, o Agrupamento ainda conserva alguma vitalidade demográfica (vide Tabela 2).

Tabela 2 - Número de alunos matriculados por ano letivo e oferta formativa

Oferta Educativa	Número de Alunos Matriculados por ano letivo			
	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022
Pré-Escolar	135	150	149	155
1º Ciclo	335	344	332	324
2º Ciclo	193	183	194	181

Oferta Educativa	Número de Alunos Matriculados por ano letivo			
	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022
3º Ciclo	231	249	243	250
Vocacional/CEF/PIEF	36	36	17	9
Total	930	962	935	913

Fonte: Relatório Intercalar de Avaliação, Agrupamento de Escolas José Régio

Assim, verifica-se uma tendência de aumento do número de alunos matriculados na Educação Pré-escolar e uma elevada percentagem de alunos no 1.º Ciclo (35%) em 2021 perfazendo mesmo a maioria da população discente quando agregados com os alunos da Educação Pré-Escolar (vide Tabela 3).

Tabela 3 - Número de alunos que frequentam a Educação Pré-escolar e o 1.º Ciclo (2021/2022).

Escolas	Número de alunos Matriculados	
	1.º Ciclo	Educação Pré-escolar
EB Assentos	121	69
EB de Atalaião	102	36
EB de Alegrete	24	14
EB Reguengo	31	16
EB Urra	19	20
EB Caia	24	-

Fonte: Relatório Intercalar de Avaliação, Agrupamento de Escolas José Régio p.p. 18-20

No entanto, tem sido sintomática a perda de alunos na transição do 1.º para o 2.º Ciclo, muitas vezes em função do local de trabalho dos pais, e da definição do número de turmas em rede escolar, na transição do 2.º para o 3.º Ciclo (vide tabela 4).

Tabela 4 - Número de alunos do 2.º e 3.º Ciclos (2021/2022)

Anos de escolaridade	5.º Ano	6.º Ano	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano	PIEF
N.º de Alunos	81	101	79	82	82	12

Fonte: Relatório Intercalar de Avaliação, Agrupamento de Escolas José Régio p.p. 18-20

A população discente, maioritariamente masculina, é também cada vez mais urbana (cerca de 85%) concentrando-se em três Escolas, junto das áreas de residência dos alunos: Escola Básica de Assentos, Escola Básica de Atalaião e Escola Básica José Régio.

A esmagadora maioria dos alunos iniciou a frequência da educação pré-escolar aos 3 anos e o 1.º Ciclo aos 6 anos de idade, não registando até ao presente ano letivo qualquer retenção. É, no entanto, considerável a percentagem de alunos com necessidade de medidas seletivas e adicionais previstas no Decreto-Lei n.º 54/2018 (cerca de 8%).

Ilustrativo das ameaças e constrangimentos com que o Agrupamento se depara é o valor dos alunos sinalizados à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, dado a que não é alheia a percentagem elevada de alunos que vivem fora de agregados familiares nucleares/tradicionais, nomeadamente em agregados monoparentais, com os avós, outros familiares, em regime de guarda partilhada, ou institucionalizados. De salientar que o Agrupamento é o único, no concelho e no distrito que recebe os alunos do sexo masculino da Casa de Acolhimento Residencial (CAR). Algumas alunas da CAR feminino, apesar da área de influência ser uma Escola não Agrupada, básica e secundária (a poucos metros da referida instituição), têm sido matriculadas na EB José Régio. Tal facto é de real importância para a caracterização de uma cultura de Escola que, enquanto oferta diferenciada e especializada, oferece a estes jovens possibilidade de sucesso nos seus percursos educativos e formativos. O sucesso alcançado por estes discentes (alunos e alunas institucionalizados) no percurso escolar efetuado no Agrupamento, situação comprovada com as evidências demonstradas nos Relatórios Anuais de Autoavaliação do Agrupamento e Relatórios TEIP. Neste âmbito o Agrupamento passou a ser também uma resposta educativa nacional, na medida em que os alunos e alunas dessas Casas de Acolhimento Residencial, são oriundos de variadíssimos pontos do país e fora dele.

– Agrupamento de Escolas do Bonfim

O Agrupamento de Escolas do Bonfim foi criado por Despacho do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar no dia 28 de junho de 2012. Enquanto unidade administrativa agrega o, até então, Agrupamento n.º 2 de Portalegre e a Escola Secundária Mouzinho da Silveira. Fica localizado na união de freguesias da Sé e de S. Lourenço. É constituído por uma população escolar que abrange todos os níveis da escolaridade obrigatória, incluindo oferta formativa de dupla certificação. Fazem parte deste Agrupamento seis escolas, a saber, a Escola EB1/JI da Corredoura, EB1/JI dos Fortios, EB1/JI de Monte

Carvalho, EB1/JI da Praceta, Escola Cristóvão Falcão onde é lecionado o 2.º ciclo e pela Escola Mouzinho da Silveira, escola sede, onde é lecionado o 3.º ciclo, o ensino secundário e o ensino profissional.

O Agrupamento de Escolas do Bonfim, nos últimos 3 anos tem tido uma média anual de 1600 alunos. No ano letivo de 2019/2020 tinha 154 alunos inscritos no pré-escolar, 448 no 1.º ciclo, 215 no 2.º ciclo, 334 no 3º ciclo e no ensino secundário 578 alunos no total (vide tabela 5).

A oferta curricular existente, para além do ensino básico (pré-escolar ao 9.ºano), compreende o ensino artístico especializado (ensino articulado), os cursos científico-humanísticos, constituídos pelos Cursos de Línguas e Humanidades, Ciências Socioeconómicas e Ciências e Tecnologias, e os Cursos Profissionais, com oferta estratégica em áreas Tecnológicas, Criativas e do Digitais / Setor Social / Turismo e Agroalimentar, numa perspetiva de alinhamento com setores identificados como estratégicos para o desenvolvimento da região e com alinhamento no prosseguimento de estudos no Ensino Superior.

Tabela 5 Número de alunos do Agrupamento de Escolas do Bonfim

Oferta Formativa	Ano letivo 2018/2019	Ano letivo 2019/2020
Educação pré-escolar	147	154
1º Ciclo	416	448
2º Ciclo	239	215
3º Ciclo	334	334
Ensino Secundário (Curso Científico-Humanístico	437	483
Ensino secundário (Educação e Formação Profissional	108	95

Fonte: Projeto educativo 2021/2024 Agrupamento de Escolas do Bonfim

É de referir, ainda, que na escola sede do Agrupamento está sediado o Centro de Formação de Professores do Nordeste Alentejano (CEFOPNA), o Centro de Recursos TIC de Portalegre (CRTIC) e o Agrupamento de Júris dos Exames Nacionais de Portalegre, um serviço de apoio aos exames nacionais. Na escola Cristóvão Falcão está sediada a Intervenção Precoce de Infância (IPI), sendo o Agrupamento de referência neste domínio.

3. Metodologia

A palavra Método deriva do grego *méthodos* que significa caminho, quer dizer que o método é o caminho que nos leva a alcançar determinado objetivo ou fim. Metodologia deriva do grego *méthodos+Logos*, que significa método+conhecimento. Nesse sentido, a metodologia é o “procedimento e regras utilizadas por determinado método para alcançar um objetivo, como, por exemplo, a formulação de hipóteses, observação, entre outras” (Richardson, Peres, Wanderley & Peres, 1985, p.22).

Atendendo aos objetivos do presente trabalho e à dimensão da população alvo afigurou-se adequado adotar uma metodologia de abordagem quantitativa de plano não experimental ou descritivo devido ao facto de se pretender estudar de forma objetiva um fenómeno, ou seja, conhecer sob a perspetiva das próprias crianças e das famílias se diferentes aspetos observados sob várias dimensões relacionadas com os direitos das crianças (Brincadeira e Lazer, Participação e Cidadania, Segurança e Proteção, Educação, Saúde e Vida Pessoal) estão ou não a ser garantidos. Como instrumentos de recolha de dados utilizaram-se dois inquéritos por questionário (um dirigido a crianças dos 6 aos 12 anos e outro dirigido às famílias responsáveis pelas crianças).

O inquérito por questionário é um método de recolha de dados que através de um conjunto de questões dá a possibilidade de obter respostas de uma população alvo sobre determinado fenómeno. Respostas essas que podem ser comparadas para chegar a determinadas conclusões (Sá, Costa & Moreira, 2021, pp. 15-16).

3.1. Objetivos

O objetivo central deste estudo é compreender, através do olhar das crianças e das suas famílias, se os seus direitos estão ou não a ser garantidos. Como objetivos específicos pretende-se saber qual a opinião das crianças sobre o modo como os seus direitos estão a ser promovidos e se a sua perceção é coincidente com a opinião das famílias; perceber se as quatro dimensões elencadas na Convenção sobre os Direitos das Crianças (Sobrevivência, Proteção, Segurança e Participação) estão asseguradas; bem como, contribuir para a elaboração do Plano Local de Promoção e Proteção das Crianças e Jovens do concelho.

3.2. Participantes

Atendendo às condições de aplicação dos instrumentos de recolha de dados, e tendo em conta a facilidade de acesso a alguns elementos dos dois grupos populacionais definidos para este estudo (crianças e famílias) por estarem disponíveis e em condições para colaborar, afigurou-se adequado considerar para este estudo um processo de amostragem por conveniência (uma amostragem não probabilística) para ambos os grupos. Desta forma, foram selecionados alunos com idades entre os 6 e os 12 anos que frequentavam o 1.º ciclo e 2.º ciclo do Ensino Básico dos Agrupamentos de Escolas anteriormente caracterizados e famílias de alunos que frequentavam estes agrupamentos.

De acordo com a caracterização do território, no ano letivo de 2021/2022 estavam inscritos, no Agrupamento José Régio, no 1.º ciclo do ensino básico 324 alunos e no 2.º ciclo do ensino básico 181 alunos. no ano letivo 2019/2020 estavam matriculados no Agrupamento de Escolas do Bonfim, 448 alunos no 1º ciclo e 215 no 2º ciclo. Na sua totalidade existem cerca de 1200 alunos.

Responderam ao inquérito por questionário 237 crianças, das quais 184 frequentavam o 1.º ciclo do ensino básico e 53 o 2.º ciclo do ensino básico. Quanto ao sexo, responderam 113 do sexo feminino e 124 do sexo masculino. No que se refere à idade, responderam, 21 alunos de 6 anos, 38 de 7 anos, 63 de 8 anos, 45 de 9 anos, 39 de 10 anos, 22 de 11 anos e 9 de 12 anos.

Relativamente ao inquérito por questionário dirigido às famílias responderam 181 encarregados de educação. A caracterização sociodemográfica não foi possível de executar, uma vez que, os questionários facultados não contemplavam essa informação.

3.3. Instrumentos

A recolha de dados para este estudo foi realizada através dos questionários facultados no âmbito da implementação do Projeto Adélia pela Comissão Nacional de Promoção de Direitos e Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPDPJCJ), os quais foram adaptados para a realidade portuguesa⁸ pela CNPDPCJ com base na iniciativa “Cidades Amigas das Crianças” desenvolvida pela organização *Childwatch*.

⁸ Cardoso, A., Guerreiro, A., & CNPDPCJ. (2019). *Instrumento 6A - ferramenta de diagnóstico para crianças* [Instrumento não publicado]. CESIS/CNPDPJCJ. Traduzido e adaptado de IRC/CERG. (s.d.). *Child Friendly Cities and Communities Assessment Toolkit*. Disponível em: <https://www.childwatch.uio.no/projects/activities/child-friendly-cities-and-communities-research-project/finaltoolkit2011.html>

Cardoso, A., Guerreiro, A., & CNPDPCJ. (2019). *Instrumento 7 - ferramenta de diagnóstico para famílias* [Instrumento não publicado]. CESIS/CNPDPJCJ. Traduzido e adaptado de IRC/CERG. (s.d.). *Child Friendly Cities and Communities Assessment Toolkit*. Disponível em: <https://www.childwatch.uio.no/projects/activities/child-friendly-cities-and-communities-research-project/finaltoolkit2011.html>

Estes questionários estão estruturados com questões fechadas (itens) e abertas (comentários), organizadas em seis dimensões: Brincadeira e Lazer, Participação e Cidadania, Segurança e Proteção, Saúde, Educação e Vida Pessoal. As respostas, quer das crianças, quer das famílias, foram dadas através da seguinte classificação: “Completamente verdade”, “Nem sempre”, “Não é verdade ou não acontece”, “Não sei”, havendo também a possibilidade de escreverem alguns “Comentários”.

3.4. Procedimentos

A recolha de dados, quer a nível de caracterização do território, quer da aplicação dos questionários às crianças e às famílias, foi realizada em articulação com os elementos representantes dos Agrupamentos de Escolas que integram a CPCJ do concelho onde decorreu o estudo.

Os pedidos de consentimento informado para a participação neste estudo foram distribuídos, igualmente, através dos mesmos elementos. Sendo ainda de referir que os participantes não foram identificados, estando assim garantida a confidencialidade dos dados.

Os inquéritos foram disponibilizados na plataforma *GoogleForms* e distribuídos às várias escolas de 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico integradas nos dois Agrupamentos de Escolas caracterizados no capítulo anterior. Os questionários foram fechados e as respostas extraídas para um ficheiro *Excel* e convertidas, posteriormente, para uma base de dados no programa *SPSS*, para realização da análise estatística.

4. Apresentação e discussão dos resultados

A apresentação dos resultados que se segue foi realizada através de uma análise estatística descritiva, isto é, através da análise de cada item das dimensões já referidas. Centrada no resumo e organização das respostas de famílias e crianças em tabelas de frequência e na utilização de medidas estatísticas como a média, o desvio padrão e o coeficiente de variação com o intuito de avaliar a localização (através da média) e a dispersão das respostas à média (através do coeficiente de variação).

4.1. Questionário às crianças

A análise dos resultados que se seguem refere-se ao inquérito por questionário dirigido às crianças, dos 6 aos 12 anos, a frequentarem o 1.º e 2.º ciclo do ensino básico. O qual foi respondido entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022.

Responderam ao inquérito 237 crianças, das quais 113 do sexo feminino e 124 do sexo masculino. Relativamente ao nível de escolaridade, 184 crianças frequentavam o 1.º ciclo do ensino básico e 53 o 2.º ciclo do ensino básico.

Apresentam-se, em seguida, os resultados em função das diferentes dimensões do questionário.

✓ Brincadeira e Lazer

A tabela que segue apresenta os resultados referentes à dimensão “Brincadeira e Lazer” que contempla sete itens.

Tabela 4 – Resultados referentes à Dimensão Brincadeira e Lazer

	Não é verdade ou não acontece		Nem sempre		Completamente verdade		Não sei		Total	
	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%
Na minha terra existem sítios públicos para brincar, fazer jogos ou praticar desporto	18	7,6	29	12,2	180	75,9	10	4,2	237	100
Quando eu vou ao parque infantil, as pessoas adultas da minha família, que me acompanham, brincam comigo	34	14,3	110	46,4	92	38,8	1	0,4	237	100
Quando regresso da escola, e ao fim-de-semana, tenho tempo	6	2,5	41	17,3	188	79,3	2	0,8	237	100

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

	Não é verdade ou não acontece		Nem sempre		Completamente verdade		Não sei		Total	
	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%
para brincar, descansar e aproveitar o meu tempo livre										
Depois da escola, a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim brinca(m) ou faz (em) jogos comigo	40	16,9	111	46,8	85	35,9	1	0,4	237	100
No fim de semana, a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim brinca(m) ou faz(em) jogos comigo	26	11,0	96	40,5	114	48,1	1	0,4	237	100
No fim-de-semana, vou com a minha família passear, ao museu, comer fora ou a outros sítios	19	8,0	127	53,6	91	38,4	0	0	237	100
Eu costumo brincar na praia, no campo ou no rio	37	15,6	94	39,7	104	43,9	2	0,8	237	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Inquérito às Crianças do Projeto Adélia

De acordo com os dados da tabela 7, podemos verificar que a maioria de crianças (75,9%) afirmam que na sua terra existem espaços públicos onde podem brincar, praticar desporto ou fazer jogos.

Muitas das crianças (46,4%) afirmam que as pessoas adultas que as acompanham ao parque infantil nem sempre brincam com elas.

A generalidade das crianças (79,3%), consideram ter tempo para descansar e brincar quando regressam da escola.

Verificamos, no entanto, que 46,8% das crianças dizem que nem sempre os seus responsáveis fazem jogos ou brincam com elas após as atividades letivas e 16,9% referem que isso não acontece. No que diz respeito aos fins-de-semana, 48,1% afirmam que os seus responsáveis brincam ou fazem jogos em conjunto. Ainda assim, ao fim de semana, grande parte das crianças (53,6%) afirma que nem sempre passeia ou vai a outros sítios diferentes dos habituais.

Em relação a atividades em contacto com a natureza, 43,9% afirma que costuma frequentar a praia, o rio ou o campo.

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

De acordo com a análise de conteúdo realizada com base nas perguntas abertas que constam nos questionários, 50 crianças comentaram esta dimensão. Verificámos que 20 das 50 crianças (40%) referiram “Gosto de brincar” e algumas especificaram que a sua brincadeira favorita era “jogar à apanhada”, “brincar com o meu irmão”, “jogar à bola”, “brincar com a família”, entre outras, sendo de mencionar o comentário de uma das crianças que refere “Brincar faz bem à saúde”.

✓ Participação e cidadania

A tabela que segue apresenta os resultados referentes à dimensão “Participação e Cidadania” que contempla sete itens.

Tabela 5 – Resultados referentes à Dimensão Participação e Cidadania

	Não é verdade ou não acontece		Nem sempre		Completamente verdade		Não sei		Total	
	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%
O/a meu/minha professor/a costuma perguntar se eu gosto das aulas e da escola	12	5,1	56	23,6	155	65,4	14	5,9	237	100
O/a meu/minha professor/a já me perguntou o que poderíamos fazer para melhorar o recreio	18	7,6	20	8,4	189	79,7	10	4,2	237	100
A(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim costumam perguntar-me o que eu quero fazer no fim de semana	35	14,8	101	42,6	100	42,2	1	0,4	237	100
A(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim costumam perguntar-me onde eu quero ir passear ou ir de férias	45	19	79	33,3	108	45,6	5	2,1	237	100
Eu costumo ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas	11	4,6	87	36,7	139	58,6	-	-	237	100
Eu divirto-me a ajudar a minha família a cozinhar ou a fazer outras tarefas	15	6,3	55	23,2	164	69,2	3	1,3	237	100
Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças pela minha família, na escola ou na televisão	12	5,1	16	6,8	195	82,3	14	5,9	237	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Inquérito às Crianças do Projeto Adélia

Analisando os dados da tabela 8, verificamos que a maioria de crianças (65,4%) afirmam que os seus professores as questionam sobre a sua opinião acerca das aulas e da escola. Apenas uma minoria (28,7%) afirmam que com elas isso não acontece ou nem sempre acontece. Em relação à opinião das crianças sobre o que gostariam de fazer durante os recreios a grande maioria de crianças (79,7%) afirma ser questionadas neste sentido.

Relativamente às famílias, muitas crianças (57,4%) afirmam que não são ou nem sempre são questionadas acerca do que gostariam de fazer aos fins-de-semana. No que diz respeito às férias ou passeios, 52,3% das crianças também afirmam que não são ou nem sempre são questionados sobre os locais onde gostariam de ir.

No que se refere à vida familiar, a grande parte das crianças (58,6%) diz ajudar a cozinhar ou a executar outras tarefas, bem como afirma (69,2%) divertir-se enquanto cozinham com a família ou executam outra atividade doméstica.

Em relação à informação sobre os seus direitos, a maioria (82,3%) de crianças já ouviu falar sobre o assunto em contexto familiar, na escola ou televisão.

De acordo com a análise das respostas às perguntas abertas 38 crianças apresentaram a sua opinião em relação a esta dimensão. Os comentários são interessantes, uma vez que mostram como as crianças sabem o que é ser e como ser cidadão. Várias crianças referem que “É importante saber [ser] cidadão” e referem algumas atividades que podem desenvolver ou que desenvolvem para ser bons cidadãos, por exemplo: “Costumo ir para o banco alimentar”, “Devemos ser amigos uns dos outros”, ou “Devemos ter atitudes boas”.

✓ Segurança e Proteção

A tabela que segue apresenta os resultados referentes à dimensão “Segurança e Proteção” que contempla cinco itens.

Tabela 6 - Resultados referentes à Dimensão Segurança e Proteção

	Não é verdade ou não acontece		Nem sempre		Completamente verdade		Não sei		Total	
	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

Eu uso o autocarro ou outros transportes públicos para ir para a escola	181	76,4	22	9,3	34	14,3	-	-	237	100
Eu costumo ir para a escola a pé ou de bicicleta	134	56,5	52	21,9	51	21,5	-	-	237	100
Eu não tenho medo de ir para a escola a pé ou de bicicleta	54	22,8	7	3	147	62	29	12,2	237	100
Na escola eu nunca tenho medo que as outras crianças me possam fazer mal	28	11,8	64	27	140	59,1	5	2,1	237	100
Quando eu tenho medo de alguma coisa costumo falar com a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim	10	4,2	37	15,6	189	79,7	1	0,4	237	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Inquérito às Crianças do Projeto Adélia

Considerando os resultados da tabela 9, verificamos que a maioria das crianças (76,4%) não utiliza autocarro ou transportes públicos para se deslocar para a escola e apenas 21,5% afirma deslocar-se a pé ou de bicicleta.

A maioria de crianças (62%) afirma não ter medo de se deslocar sozinhas para a escola e 59,1% dizem não ter medo que outras crianças lhes façam mal. E, a grande maioria (79,7%) afirma falar com pessoas responsáveis quando têm medo de alguma coisa.

De acordo com a análise efetuada às perguntas abertas, 34 fizeram o seu comentário. Assim, foi possível verificar que as crianças se sentem seguras quer em casa quer na escola, 10 das crianças comentaram “Sinto-me bem na escola e em casa” sendo de salientar que em situações de insegurança procuram ajuda e alternativas para não sentirem medo, referindo: “Devo andar com pessoas adultas”, “Prefiro andar acompanhado”, “Peço ajuda quando tenho medo”. Apenas três das crianças confessam: “Sinto-me seguro”, “Às vezes tenho medo dos meninos grandes” e “Às vezes tenho muitos medos”.

✓ Saúde

A tabela que segue apresenta os resultados referentes à dimensão “Saúde” que contempla sete itens.

Tabela 7 – Resultados referentes à Dimensão Saúde

	Não é verdade ou não acontece	Nem sempre	Completamente verdade	Não sei	Total
--	-------------------------------	------------	-----------------------	---------	-------

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%
A(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim falam comigo sobre o que é ser saudável	8	3,4	36	15,2	191	80,6	2	0,8	237	100
Eu e a minha família jantamos sempre juntos	2	0,8	57	24,1	178	75,1	-	-	237	100
Quando comemos à mesa, em família, falamos muito	10	4,2	66	27,8	160	67,5	1	0,4	237	100
Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim leva(m)-me ao médico/a	-	-	40	16,9	197	83,1	-	-	237	100
O/a médico/a costuma falar diretamente comigo	13	5,5	80	33,8	139	58,6	5	2,1	237	100
Quando o/a medico/a decide o tratamento para a minha doença, explica-me o que devo fazer para ficar melhor ou como tomar os medicamentos	29	12,2	66	27,8	136	57,4	6	2,5	237	100
Eu percebo sempre tudo o que o/a médico/a me explica	16	6,8	135	57,0	82	34,6	4	1,7	237	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Inquérito às Crianças do Projeto Adélia

Analisando os dados da tabela 10, é possível verificar que as famílias abordam o tema ser saudável, assim o afirma a quase totalidade de crianças (80,6%).

Relativamente aos jantares em família, a grande maioria de crianças (75,1%) afirma que o fazem em família e ainda a maioria (67,5%) referem falarem muito quando estão à mesa com os seus familiares.

No que diz respeito às idas ao médico, a quase totalidade das crianças (83,1%) dizem ser levadas à consulta pelos seus responsáveis quando estão doentes e nenhuma das crianças refere que isso não acontece. Quando se deslocam à consulta a maioria de crianças (58,6%) afirma que o médico fala com elas diretamente e explica-lhes o que devem fazer para se sentirem melhor (57%). Contudo, quanto ao que lhes é explicado o tratamento a efetuar, nem todas as crianças (57%) compreendem o que o médico lhes diz.

No que se refere às perguntas abertas 36 crianças deixaram o seu comentário. Verificamos, assim, que as crianças parecem ter conhecimento sobre o que é ser saudável; 8 crianças confessam “Não gosto de ter doenças”; várias crianças realçam que “A saúde é muito importante”, e assumem que “Tenho preocupação com a minha saúde”. De salientar que, 19 crianças afirmam “A minha saúde é muito boa”.

✓ Educação

A tabela que segue apresenta os resultados referentes à dimensão “Educação” que contempla dezoito itens.

Tabela 8 – Resultados referentes à Dimensão Educação

	Não é verdade ou não acontece		Nem sempre		Completa mente verdade		Não sei		Total	
	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%
Eu gosto da escola	2	0,8	24	10,1	210	88,6	1	0,4	237	100
Eu gosto de aprender novas coisas	1	0,4	19	8	216	91,1	1	0,4	237	100
A minha/meu encarregado/a de educação participa muito nas atividades da escola	7	3	91	38,4	120	50,6	19	8	237	100
Quando preciso de ajuda, a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim ajudam-me nos trabalhos de casa	8	3,4	36	15,2	192	81	1	0,4	237	100
A(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim costumam perguntar-me o que aprendi na escola	5	2,1	47	19,8	185	78,1	.	-	237	100
A minha família consegue pagar o material escolar que é preciso	1	0,4	32	13,5	200	84,4	4	1,7	237	100
Eu percebo sempre quando as minhas professoras e os meus professores explicam as coisas	-	-	121	51,1	114	48,1	2	0,8	237	100
Os meus professores e professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda	15	6,3	6	2,5	209	88,2	7	3,0	237	100
Na minha escola, temos atividades para aprendermos sobre como sermos saudáveis	3	1,3	8	3,4	219	92,4	7	3,0	237	100
Na minha escola, eu aprendo como se deve proteger o meio ambiente	1	0,4	5	2,1	231	97,5	-	-	237	100
Na minha escola, aprendi o que são os direitos das crianças	12	5,1	8	3,4	212	89,5	5	2,1	237	100
Na minha escola, há tempo suficiente de recreio, para eu	19	8	36	15,2	182	76,8	-	-	237	100

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

	Não é verdade ou não acontece		Nem sempre		Completamente verdade		Não sei		Total	
	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%
brincar ou fazer jogos com os meus amigos e amigas										
As casas de banho da minha escola estão sempre limpas	12	5,1	97	40,9	115	48,5	13	5,5	237	100
Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal	1	0,4	11	4,6	222	93,7	3	1,3	237	100
As professoras e os professores tratam todas as crianças da mesma maneira	5	2,1	16	6,8	215	90,7	1	0,4	237	100
Na minha terra/freguesia/bairro, há uma biblioteca que eu costumo utilizar	112	47,3	60	25,3	33	13,9	32	13,5	237	100
Os/as professores/as nunca batem nos/as alunos/as	17	7,2	5	2,1	215	90,7	-	-	237	100
Os/as professores/as nunca gritam com os/as alunos/as	11	4,6	127	53,6	97	40,9	2	0,8	237	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Inquérito às Crianças do Projeto Adélia

Relativamente aos resultados desta dimensão, grande parte das crianças (88,6%) afirmam gostar da escola, apenas duas crianças referem que não e a quase totalidade (91,1%) gosta de aprender coisas novas.

No que diz respeito à participação dos encarregados de educação nas atividades escolares, metade das crianças (50,6%) afirma que nem sempre participam. A maior parte (81%) diz que quando necessita de ajuda nos trabalhos escolares, os seus responsáveis as auxiliam e referem também (78,1%) que as questionam acerca das aprendizagens escolares.

Em relação às condições financeiras familiares, a maioria das crianças (84,4%) considera que a sua família consegue suportar as despesas escolares, apenas uma pequena percentagem (13,9%) considera que não conseguem ou nem sempre conseguem pagar essas despesas.

No que diz respeito aos professores, cerca de metade das crianças (51,1%) dizem que nem sempre entendem o que lhes é explicado, mas muitas delas (48,1%) afirmam entender. E, a grande maioria (88,2%) afirma terem sido auxiliadas pelos professores quando necessitaram.

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

Considerando as atividades escolares, a quase totalidade das crianças (92,4%) afirma ter atividades relacionadas com o tema ser saudável, bem como dizem (97,5%) ter atividades dirigidas para a prevenção do meio ambiente.

No que concerne aos seus direitos, grande parte das crianças (89,5%) declara ter aprendido o que são os direitos das crianças e referem ter oportunidade para brincar com os seus amigos (76,8%).

É possível verificar que quase metade das crianças (46%) opina que a limpeza das casas de banho escolares não é ou nem sempre é realizada, havendo uma percentagem similar (48,5%) que considera estarem limpas.

Verificamos que a quase totalidade das crianças (93,7%) considera que na escola existem pessoas adultas com quem podem falar caso tenham algum problema ou se sintam mal.

Relativamente à interação entre alunos e professores, uma grande parte das crianças (90,7%) também considera que os seus professores tratam os alunos todos de forma idêntica.

No que se refere à existência de uma biblioteca na sua zona de residência, cerca de metade das crianças (47,3%) afirma não existir e apenas uma pequena percentagem (13,9%) afirma existir este tipo de recurso.

Relativamente às atitudes dos professores para com os alunos, um número substancial de crianças (90,7%) afirma que os professores nunca lhes bateram, no entanto, mais de metade (53,6%) refere que os professores, por vezes, gritam com as crianças.

No que diz respeito às perguntas abertas 36 crianças deixaram o seu comentário. As crianças revelam ter uma visão adequada sobre a importância dos pais e professores relativamente à sua educação, referindo “Eu sou bem-educada porque a minha família e professores dão-me educação”, “Porque as pessoas que me ensinam também têm [educação]” e cerca de metade afirma “Eu sou bem-educado”.

✓ Vida Pessoal

A tabela que segue apresenta os resultados referentes “Vida Pessoal” que contempla sete itens.

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

Tabela 9 – Resultados referentes à Dimensão Vida Pessoal

	Não é verdade ou não acontece		Nem sempre		Completamente verdade		Não sei		Total	
	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%
A minha casa está sempre limpa	1	0,4	53	22,4	182	76,8	1	0,4	237	100
Na minha casa há água quente para eu tomar banho	-	-	3	1,3	233	98,3	1	0,4	237	100
Eu gosto muito da minha casa	1	0,4	3	1,3	231	97,5	2	0,8	237	100
A(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim não me batem	9	3,8	75	31,6	152	64,1	1	0,4	237	100
A(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim nunca gritam comigo	8	3,4	141	59,5	87	36,7	1	0,4	237	100
Em minha casa há livros e brinquedos	2	0,8	10	4,2	225	94,9	-	-	237	100
Nunca aconteceu outras crianças baterem-me fora da escola	16	6,8	38	16,0	170	71,7	13	5,5	237	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Inquérito às Crianças do Projeto Adélia

Na análise desta dimensão, verificamos que a maioria de crianças (76,8%) considera a sua casa limpa, a quase totalidade (98,3%) afirma ter acesso a água quente para tomar banho e dizem também (97,5%) gostar da sua casa.

Relativamente às atitudes dos responsáveis, mais de metade das crianças (64,1%) afirma que estes nunca lhes bateram, contudo 31,6% afirmam que, por vezes, isso acontece, e muitas das crianças (59,5%) afirmam que os seus responsáveis gritam com elas.

A grande maioria das crianças (94,9%) refere que na sua casa existem livros e brinquedos.

No que diz respeito ao facto de outras crianças nunca lhes terem batido fora da escola, grande parte das crianças (71,7%) refere nunca ter acontecido. No entanto, 16% afirma que, por vezes, já aconteceu.

Nas perguntas abertas 36 crianças fizeram um comentário. De realçar que muitas delas referem “Gosto da minha vida porque é boa e saudável”. No entanto, há também comentários negativos, tais como “A minha vida às vezes é triste, porque os outros meninos gozam comigo”.

- Análise global das dimensões do questionário

A partir da análise dos resultados obtidos no questionário dirigido às crianças, salienta-se na dimensão Brincadeira e Lazer a constatação de que na comunidade existem espaços para a ocupação dos tempos livres, que quando regressam da escola têm oportunidade para descansar e/ou brincar. Aos fins de semana referem ir brincar ao rio, praia ou campo com os seus responsáveis. Porém, consideram que nem sempre os seus responsáveis têm tempo para brincar com elas após o horário escolar e que, quando se deslocam ao parque infantil, também nem sempre brincam com elas.

Na dimensão Participação e Cidadania destaca-se para o facto de a maioria das crianças considerar que os professores se interessam pelos seus gostos relativamente às atividades escolares e de lazer com o intuito de melhorar a qualidade dos recursos educativos. Consideram que os seus responsáveis as questionam acerca de onde gostariam de ir passear ou passar férias, porém nem sempre questionam acerca do que gostariam de fazer aos fins-de-semana. A maior parte das crianças afirma ajudar na realização das tarefas domésticas divertindo-se muito a executá-las.

Relativamente à Dimensão Segurança e Proteção, realça-se para o facto de a maioria das crianças não ter medo de se deslocar autonomamente para a escola, nem que outras crianças lhes façam mal e caso algo aconteça recorrem ao apoio das pessoas por ela responsáveis.

Na dimensão Saúde, salienta-se para o facto de os responsáveis abordarem com as crianças questões sobre ser saudável. Os profissionais de saúde também se têm esforçado para dar atenção às crianças, sendo que as mesmas consideram que o médico dirige o seu discurso para elas e lhes explica pormenores do tratamento para a sua doença e o que fazer para se sentirem melhor.

Em relação à dimensão Educação destaca-se que grande parte das crianças gosta da escola e gosta de aprender. Consideram que os seus responsáveis as questionam sobre o que aprenderam na escola. As crianças dizem que as escolas promovem atividades de aprendizagem para a preservação do meio ambiente. A maior parte das crianças considera que os professores não fazem discriminação dos alunos e não lhes batem, contudo, por vezes, acontece gritarem com eles. Um dado importante é o facto de na escola já terem ouvido falar sobre direitos das crianças.

Por último, na dimensão Vida Pessoal importa salientar que a maior parte das crianças gosta da sua casa, a qual tem boas condições de habitabilidade e também têm brinquedos. E, tal como acontece com os professores, as crianças referem que os familiares gritam com elas, porém não lhes batem.

De seguida, apresentar-se-á uma análise com base em medidas estatísticas (média, desvio padrão e coeficiente de variação) que permitirá comparar os níveis de concordância das respostas das crianças segundo o nível de escolaridade frequentado nos diferentes itens que constituem cada uma das dimensões do questionário.

Assim, a tabela que se segue, apresenta o resultado das medidas estatísticas para os níveis de concordância nos diferentes itens que constituem a dimensão Brincadeira e Lazer.

Tabela 10 - Dimensão Brincadeira e Lazer – Medidas estatísticas

Itens	Média		Desvio padrão		Coeficiente de variação	
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	1.º Ciclo	2.º Ciclo	1.º Ciclo	2.º Ciclo
Na minha terra existem sítios públicos para brincar, fazer jogos ou praticar desporto	1,74	1,64	0,603	0,568	34,66%	34,63%
Quando eu vou ao parque infantil, as pessoas adultas da minha família, que me acompanham, brincam comigo	1,33	0,96	0,671	0,685	50,45%	71,35%
Quando regresso da escola, e no fim-de-semana, tenho tempo para brincar, descansar e aproveitar o meu tempo livre	1,80	1,68	0,439	0,581	24,39%	34,58%
Depois da escola, a(s) pessoa(s) que é(são) responsável/eis por mim brinca(m) ou faz (em) jogos comigo	1,26	0,94	0,691	0,698	54,84%	74,26%
No fim de semana, a(s) pessoa(s) que é(são) responsável/eis por mim brinca(m) ou faz (em) jogos comigo	1,42	1,19	0,657	0,715	46,27%	60,08%
No fim-de-semana, vou com a minha família passear, ao museu, comer fora ou outros sítios	1,36	1,11	0,602	0,610	44,26%	54,95%
Eu costumo brincar na praia, no campo ou no rio	1,33	1,14	0,718	0,722	53,98%	63,33%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Inquérito às Crianças do Projeto Adélia

Os resultados das medidas estatísticas indicam que são as crianças que frequentam o 1.º ciclo de escolaridade as que apresentam níveis médios de concordância superiores em todos os itens da dimensão Brincadeira e Lazer destacando-se o item que diz respeito ao facto de as crianças considerarem que têm tempo para brincar e descansar quando não estão na escola e o item onde reconhecem a existência de espaços públicos para brincar, jogar ou fazer desporto. O item que aborda o facto de os responsáveis brincarem e jogarem com as crianças dando-lhe alguma atenção é o que apresenta um nível médio de concordância inferior nas crianças que frequentam o 1.º e o 2.º ciclo de escolaridade e também aquele que apresenta uma maior dispersão dos níveis de concordância das crianças em relação ao nível médio (nos dois ciclos de escolaridade).

Verifica-se que são as crianças que frequentam o 1.º ciclo de escolaridade e, conseqüentemente que têm menor idade, e que mais reconhecem a existência de sítios públicos para brincar, jogar ou fazer desporto o que poderá revelar que as crianças mais velhas podem sentir necessidade de ter outro tipo de espaços (além dos que existem) que vão ao encontro dos seus gostos e preferências em termos de brincadeira, jogos e desporto.

As crianças de primeiro ciclo são as que mais consideram que os seus responsáveis brincam com elas quando vão ao parque infantil, pode estar relacionado com o fator idade, uma vez que as crianças mais velhas não gostam tanto da intervenção dos pais nas suas brincadeiras.

São também as crianças com menor idade que consideram ter tempo livre após a escola e ao fim de semana, que após o horário escolar e aos fins de semana os seus responsáveis brincam e fazem jogos, passeiam, visitam museus, comem fora, etc. e que costumam brincar na praia, no campo ou rio. Estes resultados podem estar relacionados com o facto de existirem mais atratividades para crianças ou de ser mais fácil atrair as crianças para este tipo de lugares, isto porque os mais jovens começam a ter outro tipo de gostos.

Tabela 11 - Dimensão Participação e Cidadania – Medidas estatísticas

Itens	Média		Desvio padrão		Coeficiente de variação	
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	1.º Ciclo	2.º Ciclo	1.º Ciclo	2.º Ciclo
O/a meu/minha professor/a costuma perguntar se eu gosto das aulas e da escola	1,75	1,31	0,489	0,749	27,94%	57,18%
O/a meu/minha professor/a já me perguntou o que poderíamos fazer para melhorar o recreio	1,74	1,79	0,607	0,565	34,89%	31,56%
A(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim costumam perguntar-me o que eu quero fazer no fim de semana	1,30	1,31	0,686	0,715	52,77%	54,58%
A(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim costumam perguntar-me onde eu quero ir passear ou ir de férias	1,29	1,26	0,753	0,798	58,37%	63,33%
Eu costumo ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas	1,57	1,57	0,566	0,501	36,05%	31,91%
Eu divirto-me a ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas	1,69	1,60	0,572	0,587	33,85%	36,69%
Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças pela minha família, na escola ou na televisão	1,81	1,86	0,528	0,417	29,17%	22,41%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Inquérito às Crianças do Projeto Adélia

Em situações relacionadas com a participação e cidadania, as crianças que frequentam o 2.º ciclo de escolaridade e, conseqüentemente mais velhas, apresentam um nível médio de concordância superior ao das crianças que frequentam o 1.º ciclo nos itens que dizem respeito ao facto de o professor se revelar interessado em saber o que as crianças pensam ser possível fazer para melhorar o recreio, no que diz respeito ao facto de os responsáveis se interessarem por saber o que as crianças gostariam de fazer no fim-de-semana e ao facto de já terem ouvido falar sobre os direitos das crianças. Os resultados revelam uma maior dispersão (nos dois ciclos de escolaridade) dos níveis de concordância quando as crianças indicam a sua opinião sobre o facto de os seus responsáveis lhes perguntarem onde gostariam de ir passear e/ou fazer férias sendo também neste item que se verifica um nível de concordância inferior quer nas crianças que frequentam o 1.º ciclo quer nas crianças que frequentam o 2.º ciclo de escolaridade.

Verifica-se que são os alunos mais jovens que consideram que os seus professores questionam se gostam das aulas e da escola, que os seus responsáveis questionam sobre onde gostariam de passear ou ir de férias e que consideram divertir-se na realização de tarefas domésticas.

Por outro lado, os jovens mais velhos são os que mais consideram que os seus professores questionam acerca do que poderiam fazer para melhorar o recreio, que os seus responsáveis perguntam onde gostariam de ir ao fim de semana e consideram já ter ouvido falar nos direitos das crianças de alguma forma.

Tabela 12 - Dimensão Segurança e Proteção – Medidas estatísticas

Itens	Média		Desvio padrão		Coeficiente de variação	
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	1.º Ciclo	2.º Ciclo	1.º Ciclo	2.º Ciclo
Eu uso o autocarro ou outros transportes públicos para ir para a escola	0,28	0,58	0,624	0,852	222,86%	146,89%
Eu costumo ir para a escola a pé ou de bicicleta	0,77	0,60	0,833	0,791	108,18%	131,83%
Eu não tenho medo de ir para a escola a pé ou de bicicleta	1,40	1,60	0,906	0,760	64,71%	47,5%
Na escola eu nunca tenho medo que as outras crianças me possam fazer mal	1,51	1,47	0,700	0,667	46,36%	45,37%
Quando eu tenho medo de alguma coisa costumo falar com a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim	1,90	1,37	0,321	0,757	16,89%	55,26%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Inquérito às Crianças do Projeto Adélia

Os resultados apresentados na tabela indicam que as crianças mais velhas (que frequentam o 2.º ciclo de escolaridade) são as que apresentam níveis de concordância superiores aos das crianças que

frequentam o 1.º ciclo de escolaridade em itens que abordam o uso de transportes públicos para ir para a escola e o facto de não terem medo de ir a pé ou de bicicleta para a escola. O uso de transportes públicos assim como a deslocação a pé ou de bicicleta são situações que não ocorrem com grande frequência entre as crianças inquiridas apresentando níveis médios de concordância com valores muito baixos. São também estes itens que apresentam uma maior dispersão das respostas das crianças inquiridas em relação ao nível de concordância médio.

É possível concluir-se que são as crianças de 2.º ciclo, as mais velhas, que mais utilizam o autocarro ou outro meio para ir para a escola, e que considera não ter medo em se deslocar a pé ou de bicicleta para a escola, pode traduzir-se por serem mais velhos e já apresentarem alguma maturidade e responsabilidade.

No entanto, são as crianças mais jovens que consideram não ter medo que outras crianças lhe possam fazer mal e que recorrem a um responsável caso aconteça alguma coisa.

Tabela 13 - Dimensão Saúde– Medidas estatísticas

Itens	Média		Desvio padrão		Coeficiente de variação	
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	1.º Ciclo	2.º Ciclo	1.º Ciclo	2.º Ciclo
A(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim falam comigo sobre o que é ser saudável	1,83	1,65	0,433	0,565	23,66%	34,24%
Eu e a minha família jantamos sempre juntos	1,78	1,71	0,430	0,459	24,16%	26,84%
Quando comemos à mesa, em família, falamos muito	1,63	1,75	0,572	0,484	35,09%	27,66%
Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim leva(m)-me ao médico/a	1,86	1,75	0,344	0,428	18,49%	24,46%
O/a médico/a costuma falar diretamente comigo	1,54	1,58	0,631	0,498	40,97%	31,52%
Quando o/a medico/a decide o tratamento para a minha doença, explica-me o que devo fazer para ficar melhor ou como tomar os medicamentos	1,38	1,85	0,730	0,357	52,9%	19,3%
Eu percebo sempre tudo o que o/a médico/a me explica	1,29	1,31	0,606	0,468	46,98%	35,73%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Inquérito às Crianças do Projeto Adélia

Os resultados apresentados indicam que são as crianças mais velhas (que frequentam o 2.º ciclo de escolaridade) as que revelam níveis de concordância superiores aos das crianças que frequentam o 1.º ciclo de escolaridade em itens que abordam o facto de conversarem muito quando se reúnem à mesa com os responsáveis para jantar, sobre o facto de o médico falar diretamente com a criança, quando o médico

explica a criança o que deve fazer quando está doente e também relativamente ao facto de a criança perceber tido o que o médico explica. Os itens referentes ao facto de as crianças entender o que o médico lhes explica são os que apresentam níveis de concordância inferiores e também os que apresentam maior dispersão de respostas em relação ao nível médio nas crianças que frequentam o 1.º ciclo de escolaridade.

Reparamos que são as crianças de 1.º ciclo que mais consideram que os seus responsáveis abordam o tema ser saudável. As mesmas, são as que mais referem jantar sempre todos juntos. Isto pode significar que as famílias dão maior atenção às crianças mais pequenas e procuram prepará-las para uma vida saudável.

Ainda, as crianças mais novas, consideram que quando estão doentes os seus responsáveis recorrem ao médico com maior frequência, podendo, este facto, estar relacionado com a insegurança ou desconhecimento dos progenitores para cuidarem das crianças mais jovens.

Por outro lado, são as crianças de 2.º ciclo que mais consideram que quando tomam as refeições em família falam muito uns com os outros; estas crianças consideram também que o médico fala diretamente para elas e que quando decide o tratamento lhes explica o que devem fazer para se sentirem melhor e, consideram ainda, perceber o que lhes é explicado; podemos supor que o fator idade pode estar relacionado, uma vez que o entendimento é diferente quando se trata de uma criança com mais idade.

Tabela 14 - Dimensão Educação – Medidas estatísticas

Itens	Média		Desvio padrão		Coeficiente de variação	
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	1.º Ciclo	2.º Ciclo	1.º Ciclo	2.º Ciclo
Eu gosto da escola	1,99	1,58	0,120	0,554	6,03%	35,06%
Eu gosto de aprender coisas novas	1,98	1,67	0,147	0,535	7,42%	32,04%
A minha/meu encarregado/a de educação participa muito nas atividades da escola	1,58	1,31	0,552	0,577	34,94%	42,52%
Quando preciso de ajuda, a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim ajudam-me nos trabalhos de casa	1,85	1,67	0,381	0,586	20,6%	35,09%
A(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim costumam perguntar-me o que aprendi na escola	1,82	1,61	0,418	0,494	22,97%	30,68%
A minha família consegue pagar o material escolar que é preciso	1,86	1,89	0,347	0,319	18,66%	16,88%
Eu percebo sempre quando as minhas professoras e os meus professores explicam as coisas	1,53	1,39	0,501	0,494	32,75%	35,54%
Os meus professores e professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda	1,91	1,64	0,411	0,683	21,52%	41,65%

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

Na minha escola, temos atividades para aprendermos sobre como sermos saudáveis	1,95	1,83	0,305	0,378	15,64%	20,66%
Na minha escola, eu aprendo como se deve proteger o meio ambiente	1,97	1,92	0,208	0,280	10,56%	14,58%
Na minha escola, aprendi o que são os direitos das crianças	1,88	1,83	0,477	0,477	25,37%	26,07%
Na minha escola, há tempo suficiente de recreio, para eu brincar ou fazer jogos com os meus amigos e amigas	1,88	1,28	0,403	0,779	21,44%	60,86%
As casas de banho da minha escola estão sempre limpas	1,62	1,08	0,502	0,649	30,99%	60,09%
Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal	1,97	1,83	0,169	0,447	8,58%	24,43%
As professoras e os professores tratam todas as crianças da mesma maneira	1,97	1,61	0,208	0,645	10,56%	40,06%
Na minha terra/freguesia/bairro, há uma biblioteca que eu costumo utilizar	0,61	0,89	0,700	0,887	114,75%	99,66%
Os/as professores/as nunca batem nos/as alunos/as	1,91	1,64	0,392	0,762	20,52%	46,46%
Os/as professores/as nunca gritam com os/as alunos/as	1,47	1,11	0,556	0,575	37,82%	51,80%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Inquérito às Crianças do Projeto Adélia

O baixo nível médio de concordância no item que pretende aferir sobre a existência de uma biblioteca na terra/freguesia/bairro indicia a não existência deste tipo de espaço no local de residência das crianças que frequentam o 1.º e o 2.º ciclo de escolaridade. O item relacionado com o facto de os professores nunca gritarem com os alunos também apresenta um nível médio de concordância baixo sugerindo que este tipo de situação poderá acontecer algumas vezes. Estes dois itens são também aqueles que apresentam uma maior dispersão das respostas das crianças em relação ao nível de concordância médio. Os restantes itens apresentam níveis médios de concordância superiores, especialmente, entre as crianças que frequentam o 1.º ciclo de escolaridade e registam valores mais baixos nas respostas das crianças que frequentam o 2.º ciclo de escolaridade.

Em média, são as crianças mais jovens que consideram gostar da escola e que gostam de aprender coisas novas o que se poderá entender pelo seu maior envolvimento nas atividades.

Verificamos que os pais são mais participativos nas atividades escolares das crianças mais novas, são as que mais são ajudados na execução dos trabalhos de casa e que mais são questionadas sobre o que aprenderam na escola.

O mesmo ciclo de ensino é o que mais considera perceber sempre o que lhes é explicado pelos seus professores, e que, em algum momento, um deles já o ajudou em alguma situação. Em maior representatividade, no que diz respeito a atividades sobre o que é ser saudável e como proteger o meio

ambiente e abordaram, na escola, o que são os direitos das crianças. São as que mais consideram ter tempo suficiente de recreio para fazer jogos e brincar com amigos, que as casas de banho da sua escola estão sempre limpas, que existem pessoas adultas com quem falar se tiverem algum problema ou se sentirem mal. Consideram, ainda, que os professores tratam os alunos de igual forma e que nunca lhes bateram ou gritaram com os alunos.

As crianças de 2.º ciclo são as que consideram que os seus responsáveis conseguem assegurar os custos de todo o seu material escolar. Consideram ainda ter uma biblioteca na sua terra/bairro/freguesia que costuma utilizar.

Tabela 15 - Dimensão Vida Pessoas – Medidas estatísticas

Itens	Média		Desvio padrão		Coeficiente de variação	
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	1.º Ciclo	2.º Ciclo	1.º Ciclo	2.º Ciclo
A minha casa está sempre limpa	1,77	1,74	0,421	0,487	23,79%	27,99%
Na minha casa há água quente para eu tomar banho	1,99	1,98	0,108	0,141	5,43%	7,12%
Eu gosto muito da minha casa	1,99	1,92	0,076	0,340	3,82%	17,71%
A(s) pessoa(s) que é(são) responsável/eis por mim não me batem	1,60	1,66	0,537	0,626	33,56%	37,71%
A(s) pessoa(s) que é(são) responsável/eis por mim nunca gritam comigo	1,37	1,24	0,497	0,657	36,28%	52,98%
Em minha casa há livros e brinquedos	1,95	1,94	0,249	0,240	12,77%	12,37%
Nunca aconteceu outras crianças baterem-me fora da escola	1,71	1,60	0,579	0,670	33,86%	41,88%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Inquérito às Crianças do Projeto Adélia

O item relacionado com o facto de os responsáveis gritarem com as crianças é o que se destaca com um menor nível médio de concordância entre as crianças que frequentam o 1.º e as que frequentam o 2.º ciclo de escolaridade revelando que este tipo de situação poderá acontecer algumas vezes em ambiente familiar sendo também aquele onde se verifica uma maior dispersão das respostas das crianças em relação ao nível médio. Os itens que remetem para o facto de as crianças gostarem da sua casa, de terem água quente e de terem brinquedos e livros são os que apresentam um nível médio de concordância superior (muito próximo de 2 - Completamente verdade).

É possível constatar que são as crianças de 1.º ciclo que mais referem que a sua casa está sempre limpa, que existe água quente e que gosta muito da sua casa. Consideram que os seus responsáveis não gritam com elas e que em sua casa existem livros e brinquedos e que afirmam que nunca foram agredidos

por outras crianças fora da escola. São as crianças de 2.º ciclo que mais consideram que os seus responsáveis nunca lhes bateram.

Através da análise dos níveis de concordância é possível reparar que a maior parte das respostas aos itens das várias dimensões têm maior incidência no 1.º ciclo, porém, se considerarmos a diferença (coeficiente de variação) entre as respostas apresentadas pelas crianças são bastante dispersas, ou seja, a opinião das crianças é diferente. Tal como verificamos nas respostas das crianças de 2.º ciclo.

4.2. Questionário às famílias

A análise dos dados que se segue resulta do inquérito por questionário dirigido a famílias do concelho de Portalegre cujos educandos estudam num dos agrupamentos do concelho.

O questionário foi respondido pelas famílias entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022. E, à semelhança do aplicado às crianças, está também dividido em seis dimensões.

Responderam a este inquérito 181 famílias.

✓ Brincadeira e Lazer

A tabela seguinte apresenta os resultados referentes à dimensão “Brincadeira e Lazer” que contempla onze itens.

Tabela 16 – Resultados referentes à Dimensão Brincadeira e Lazer

	Não é verdade ou não acontece		Nem sempre		Completa mente verdade		Não sei		Total	
	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%
Na minha comunidade/cidade existem sítios para as crianças brincarem (como parques infantis), fazerem jogos ou praticarem desporto	5	2,8	85	47	91	50,3	-	-	181	100
Na minha comunidade/cidade existem sítios para jovens de várias idades brincarem, fazerem jogos ou praticarem desporto	12	6,6	111	61,3	58	32	-	-	181	100
Eu costumo levar as minhas crianças ao parque infantil com	3	1,7	51	28,2	127	70,2	-	-	181	100

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

	Não é verdade ou não acontece		Nem sempre		Completamente verdade		Não sei		Total	
	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%
frequência o acompanhá-los em outras atividades (se já são mais velhos)										
Quando vou ao parque infantil ou a outras atividades, tenho oportunidade de falar com outros pais e mães/ responsáveis	10	5,5	78	43,1	93	51,4	-	-	181	100
Quando levo as minhas crianças ao parque infantil, gosto de brincar com eles/las	5	2,8	43	23,8	133	73,5	-	-	181	100
Eu levo as minhas crianças ao parque infantil, mas não me sinto á vontade para brincar com elas	136	75,1	38	21	7	3,9	-	-	181	100
Eu sinto que depois da escola, ainda sobra tempo para as minhas crianças brincarem, descansarem e aproveitarem o tempo livre	15	8,3	96	53	70	38,7	-	-	181	100
Depois da escola e do meu trabalho, ainda tenho tempo para brincar ou passar tempo com as minhas crianças	9	5	128	70,7	44	24,3	-	-	181	100
No fim de semana, organizamos sempre atividades que possamos fazer enquanto família	4	2,2	100	55,2	77	42,5	-	-	181	100
Eu costumo levar as minhas crianças a brincar ou passear na natureza durante todo o ano, seja praia, campo ou rio	1	0,6	74	40,9	106	58,6	-	-	181	100
Eu deixo as minhas crianças brincarem com areia, paus, lama e outros elementos e não vejo como um problema se eles/as se sujam; basta que se divirtam	1	0,6	22	12,2	158	87,3	-	-	181	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Inquérito às Famílias do Projeto Adélia

De acordo com os resultados obtidos, verificamos que metade das famílias (50,3%) consideram que existem espaços públicos de diversão para as crianças, no entanto, muitos dos inquiridos (47%) consideram

que nem sempre esses espaços existem. No que se refere aos espaços de lazer para os jovens, a maioria de famílias (61,3%) considera nem sempre existirem esses espaços.

Relativamente ao acompanhamento das crianças e jovens, bem como à frequência de espaços de lazer, a maior parte das famílias (70,2%) diz que o faz com regularidade e nessas ocasiões cerca de metade (51,4%) afirma ser uma ocasião para falarem com outros adultos, no entanto, muitos pais e mães (43,1%) referem não ter essa oportunidade.

Verificamos que a grande maioria dos pais e mães (73,5%) gosta de brincar com as suas crianças enquanto estão no parque infantil e não se sentem inibidos (75,1%) para o fazer.

Relativamente ao horário pós-escolar, cerca de metade das famílias (53%) considera que nem sempre as suas crianças conseguem aproveitar o tempo livre. A grande maioria (70,7%) considera que, após o horário laboral, nem sempre tem tempo para interagir com as suas crianças. O mesmo se verifica em relação à organização de atividades em família ao fim-de-semana, pois mais de metade (55,2%) refere que nem sempre tem tempo para tal.

Em relação ao contacto com a natureza, a maioria (58,6%) afirma que leva as suas crianças a passear durante o ano. E, a quase totalidade das famílias (87,3%) diz que permite que as crianças se sujeem a brincar desde que se divirtam.

De acordo com a análise às perguntas abertas que constam nos questionários dos 181 responsáveis, 12 deram a sua opinião. Verificamos que vários pais realçam para a importância das brincadeiras ao ar livre, afirmam, por exemplo, “Gostava que a minha filha tivesse uma infância feliz como eu tive, que foi sempre brincadeiras ao ar livre, pois vivia no campo, mas a cidade não nos oferece muitas oportunidades dessas” ou “A brincadeira e as atividades de lazer são imprescindíveis no desenvolvimento das crianças. É tão bom saltar nas poças de água!”; alguns deram também a sua opinião acerca da cidade “(...) precisa de mais espaços de lazer, como ciclovias, não existe um espaço específico para esta prática” e afirmam “É preciso ter tempo para as nossas crianças”.

✓ Participação e cidadania

A tabela seguinte apresenta os resultados referentes à dimensão “Participação e Cidadania” que contempla onze itens.

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

Tabela 17 – Resultados referentes à Dimensão Participação e Cidadania

	Não é verdade ou não acontece		Nem sempre		Completa mente verdade		Não sei		Total	
	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%
Desde que as minhas crianças são pequenas, sempre falei muito com elas	-	-	8	4,4	173	95,6	-	-	181	100
A partir do momento em que as minhas crianças conseguiam realizar pequenas tarefas, envolvi-as na cozinha, jardinagem ou outras tarefas, que fazíamos juntos	2	1,1	50	27,6	128	70,7	1	0,6	181	100
Sempre tive prazer em ver as minhas crianças ajudarem na cozinha, no jardim ou a fazer outras tarefas	4	2,2	25	13,8	152	84	-	-	181	100
Eu costumo perguntar às minhas crianças o que gostariam de fazer no fim-de-semana	4	2,2	82	45,3	95	52,5	-	-	181	100
Eu costumo perguntar às minhas crianças onde gostariam de ir passear ou ir de férias	1	0,6	59	32,6	121	66,9	-	-	181	100
Eu gosto de ouvir a opinião das minhas crianças sobre vários assuntos e tenho em consideração o que pensam e sentem	-	-	16	8,8	165	91,2	-	-	181	100
Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças na televisão, no radio, no internet ou outra fonte	2	1,1	22	12,2	155	85,6	2	1,1	181	100
No município existe um Conselho Municipal de Jovens	12	6,6	12	6,6	21	11,6	136	75,1	181	100
As minhas crianças participam no Conselho Municipal de Jovens	142	78,5	13	7,2	4	2,2	22	12,2	181	100
As minhas crianças participam em outras atividades associativas	64	35,4	56	30,9	56	30,9	5	2,8	181	100
As minhas crianças têm vontade de fazer parte das associações, mas não conhecemos nenhuma no sítio onde moramos	83	45,9	36	19,9	25	13,8	37	20,4	181	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Inquérito às Famílias do Projeto Adélia

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

De acordo com a análise dos resultados, constatamos que os pais falam muito com as suas crianças desde tenra idade, assim o afirma a quase totalidade das famílias (95,6%).

Em relação ao envolvimento das crianças nas tarefas domésticas, a maioria dos adultos (70,7%) envolve as crianças desde que sejam capazes de executar pequenas tarefas e a grande maioria (84%) afirma que sempre teve gosto em vê-las envolvidas nessas tarefas.

Relativamente às atividades a realizar ao fim de semana, cerca de metade dos inquiridos (52,5%) afirma que questiona as crianças, contudo muitas deles (45,3%) admitem que nem sempre solicitam a sua opinião. No que se refere aos passeios e destinos de férias, a maioria (66,9%) diz que questiona as suas crianças sobre onde gostariam de ir.

A quase totalidade das famílias (91,2%) afirma ter em conta as opiniões, pensamentos e sentimentos das crianças em relação a diversos assuntos e também admitem (85,6%) ter ouvido falar sobre os direitos das crianças através dos meios de comunicação social.

Relativamente à participação ativa das crianças nas associações municipais, a maioria das famílias (75,1%) afirma desconhecer a existência de um Concelho Municipal de Jovens, e, em concordância (78,5%) afirmam que as suas crianças não participam nessa organização. Verificamos que são poucas as crianças que participam numa atividade associativa, pois apenas uma pequena parte de famílias (30,9%) afirma que as suas crianças participam neste tipo de iniciativas. E, no que se refere ao desejo das crianças participarem numa atividade associativa, apenas uma pequena parte (13,8%) diz que as crianças têm vontade em integrar uma associação.

De acordo com a análise às perguntas abertas, um dos responsáveis afirmou que: “Devia existir mais variedade de atividades para crianças e jovens”; outros realçaram a importância da participação das crianças na sociedade: “É importante tomar parte ativa na sociedade, quer para a mudança e evolução, quer para nós sentirmos úteis e capazes”; “Uma criança que participa no coletivo aprende a estar com e a respeitar o outro.”, “É importantíssimo que participem em atividades de grupo e que se envolvam com diferentes tipos de personalidades para crescerem e aprenderem a ser bons cidadãos.” e “As crianças devem participar na tomada de decisões e serem intervenientes.”

✓ Segurança e Proteção

A tabela seguinte apresenta os resultados referentes à “Segurança e Proteção” que contempla doze itens.

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

Tabela 18 – Resultados referentes à Dimensão Segurança e Proteção

	Não é verdade ou não acontece		Nem sempre		Completamente verdade		Não sei		Total	
	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%
Eu sinto que as minhas crianças podem usar em segurança o autocarro ou outros transportes públicos para irem para a escola	41	22,7	41	22,7	85	47	14	7,7	181	100
As minhas crianças costumam ir para a escola a pé ou de bicicleta sozinhos ou com os colegas	112	61,9	29	16	40	22,1	-	-	181	100
Eu costumo levar as minhas crianças a pé ou de mota ou carro	14	7,7	22	12,2	145	80,1	-	-	181	100
Nunca houve uma situação em que outras crianças batessem nas minhas crianças, dentro ou fora da escola	47	26	60	33,1	65	35,9	9	5	181	100
Eu sinto que as minhas crianças vêm ter comigo quando têm um problema ou têm medo de alguma coisa	-	-	40	22,1	141	77,9	-	-	181	100
Quando eu era criança, era normal os pais/mães baterem nos/as filhos/as	36	19,9	70	38,7	72	39,8	3	1,7	181	100
Eu nunca bati nas minhas crianças	29	16	81	44,8	71	39,2	-	-	181	100
Em momentos difíceis, já gritei com as minhas crianças, mas pedi-lhes desculpa e tentei encontrar outras soluções para exercer a minha autoridade	2	1,1	38	21	141	77,9	-	-	181	100
Eu costumo ler sobre questões relacionadas com as crianças	4	2,2	45	24,9	132	72,9	-	-	181	100

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

	Não é verdade ou não acontece		Nem sempre		Completamente verdade		Não sei		Total	
	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%
Eu costumo acompanhar o que as minhas crianças vêm na internet	-	-	43	23,8	138	76,2	-	-	181	100
Eu limito o acesso ou converso com as minhas crianças sobre os riscos que podem encontrar na internet	-	-	16	8,8	165	91,2	-	-	181	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Inquérito às Famílias do Projeto Adélia

Analisando os dados obtidos, verificamos que as famílias se dividem quanto à utilização de transportes públicos, assim, quase metade (45,4%) não sentem ou nem sempre sentem que as suas crianças os possam utilizar em segurança quando vão para a escola. A maioria (61,9%) diz que as suas crianças não vão a pé ou de bicicleta para a escola e, em concordância, também a maioria das famílias (80,1%) refere que as leva à escola.

Relativamente a situações de violência, apenas uma percentagem reduzida de famílias (26%) afirma que nunca houve uma situação em que outra criança agredisse a sua, pelo contrário, uma percentagem superior de famílias (35,9%) refere que existiram situações em que os seus filhos foram agredidos. A grande parte das famílias (77,9%) considera que a sua criança recorre a si quando tem algum problema ou sente medo.

Em relação às atitudes dos pais, um número considerável de famílias (39,8%) reconhece que era normal os pais baterem nos filhos. Em relação às suas crianças, uma percentagem idêntica (39,2%) afirma que nunca lhes bateu. No entanto, a maioria das famílias (77,9%) admite já ter gritado com as crianças em momentos difíceis.

Uma grande maioria das famílias (72,9%) afirma informar-se sobre questões relacionadas com crianças e também referem (76,2%) que acompanham as suas crianças quando acedem à internet, sendo de salientar que a quase totalidade das famílias (91,2%) limita o acesso das suas crianças à internet e aborda os perigos da mesma.

De acordo com a análise das perguntas abertas, os 10 responsáveis que deram a sua opinião, realçam a falta de segurança nos meios de transporte e a necessidades de uma maior intervenção das forças de

segurança pública nas escolas: “Há falta de segurança nos autocarros e principalmente à porta da escola. Alunos agridem e ameaçam outros alunos; havia de haver mais segurança nas escolas pois a minha já sofreu bastante de *bulling*”; “Seria de uma grande utilidade/tranquilidade e confiança mútua para a comunidade escolar que as forças de segurança da área da Escola fossem mais interventivas, quer em maior número de ações nas salas de aula, quer em maior presença na proximidade da área escolar.” Alguns dos responsáveis opinaram acerca do acesso das crianças à internet e salientam a importância de haver estratégias de proteção em casa: “Devemos informar os nossos filhos para que eles se saibam defender dos perigos da internet e da abordagem feita por pessoas estranhas.”; “É necessário vigiar o que as crianças vêm na internet. Mais que proibir, ensinar a ser crítico e seleccionar conteúdos.”; “É importante gerir o que vêm e o tempo de internet”, “Mais que proibir, ensinar a ser crítico e seleccionar conteúdos.”

✓ Saúde

A tabela seguinte apresenta os resultados referentes à dimensão “Saúde” que contempla dezasseis itens.

Tabela 19 – Resultados referentes à Dimensão Saúde

	Não é verdade ou não acontece		Nem sempre		Completa mente verdade		Não sei		Total	
	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%
Quando eu (ou a minha mulher esteve) estive grávida, participei no curso de preparação para o parto, promovido pelo Centro de Saúde	61	33,7	11	6,1	108	59,7	1	0,6	181	100
O curso de preparação para o parto foi útil	34	18,8	30	16,6	89	49,2	28	15,5	181	100
Depois de ser mãe (ou a minha mulher), fui chamada para participar no curso pós-parto, promovido pelo Centro de Saúde	152	84	7	3,9	16	8,8	6	3,3	181	100
Eu levei as minhas Crianças a todas as consultas de saúde infantil previstas	-	-	2	1,1	179	98,9	-	-	181	100
As minhas crianças têm todas as vacinas contempladas pelo Plano Nacional de Vacinação	-	-	2	1,1	179	98,9	-	-	181	100

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

	Não é verdade ou não acontece		Nem sempre		Completa mente verdade		Não sei		Total	
	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%
Eu (ou a minha mulher conseguiu) consegui amamentar os/as filhos/as em exclusivo até aos 6 meses de idade	60	33,1	34	18,8	84	46,4	3	1,7	181	100
Eu sempre me preocupei com a alimentação das minhas crianças	1	0,6	4	2,2	176	97,2	-	-	181	100
Eu tento preparar as refeições das minhas crianças de modo saudável e nutritivo	-	-	45	24,9	136	75,1	-	-	181	100
As minhas crianças só comem doces ou alimentos menos saudáveis em situações excecionais, como por exemplo festas de aniversário	13	7,2	136	75,1	32	17,7	-	-	181	100
Nós fazemos pelo menos uma refeição por dia em família, sentados à mesa	2	1,1	16	8,8	163	90,1	-	-	181	100
Quando comemos à mesa, eu sinto que falamos todos/as	-	-	41	22,7	140	77,3	-	-	181	100
Quando levo as minhas crianças ao/a médico/a as/os profissionais de saúde costumam falar comigo, mas também diretamente com os meus filhos ou com as minhas filhas	-	-	25	13,8	156	86,2	-	-	181	100
Quando o/a médico/a decide o tratamento para as doenças das minhas crianças, costuma explicar-lhes o que devem fazer para ficar melhor ou como tomar os medicamentos	-	-	37	20,4	144	79,6	-	-	181	100
Eu percebo sempre tudo o que o médico/a me explica	-	-	46	25,4	135	74,6	-	-	181	100
O/a médico/a costuma deixar-me à vontade para fazer perguntas ou falar de preocupações que eu tenho sobre as minhas crianças	1	0,6	29	16	151	83,4	-	-	181	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Inquérito às Famílias do Projeto Adélia

Verificamos no que se refere aos cursos de preparação do parto, promovidos pelo centro de saúde, que a maioria das famílias (59,7%) participaram e cerca de metade (49,2%) considerou o curso útil. Salienta-se o facto de a grande maioria das mães (84%) não ter sido chamada para participar no curso pós-parto e apenas uma pequena percentagem (8,8%) foi chamada pelo centro de saúde.

Relativamente às consultas infantis previstas e ao Plano Nacional de Vacinação, a quase totalidade das famílias (98,9%) admite ter tudo em dia.

Em relação à alimentação das crianças, muitas famílias (46,4%) afirmam que conseguiram amamentar os seus filhos até aos seis meses, mas um número considerável (33,1%) afirma não ter conseguido fazê-lo. A quase totalidade das famílias (97,2%) assume preocupar-se com a alimentação das suas crianças e a maioria (75,1%) diz que prepara as refeições de forma saudável e nutritiva. No entanto, um número idêntico (75,1%) afirma que as suas crianças ingerem doces regularmente e apenas uma pequena percentagem (17,7%) refere que as suas crianças apenas ingerem doces em ocasião de festas.

Uma elevada percentagem de inquiridos (90,1%) afirma que fazem uma refeição por dia em família e também refere (77,3%) que conversam enquanto tomam a refeição em conjunto.

A maior parte das famílias (86,2%) afirmam que os profissionais de saúde falam diretamente com as suas crianças e também admitem (79,6%) que o médico explica ao filho/a o tratamento e o que pode fazer para melhorar sendo ainda de referir que a maioria das famílias (74,6%) entende o que é dito pelo médico. Observamos, ainda, que uma grande percentagem de famílias (83,4%) considera que o médico as coloca à vontade para efetuarem questões acerca das crianças.

De acordo com a análise às respostas abertas alguns dos familiares salientam a importância de ser saudável, bem como a prevenção: “Hoje em dia riqueza é sem dúvida ter saúde, física e mental”; “Prevenir é meio caminho para não adoecer.”; “A Saúde deve ser uma preocupação constante dos pais para que os seus filhos cresçam saudáveis” e “Crianças saudáveis serão adultos saudáveis”. Um dos inquiridos enfatiza o acompanhamento médico: “A pediatra do meu filho mostra-se sempre disponível e prestável”.

✓ Educação

A tabela seguinte apresenta os resultados referentes à “Educação” que contempla vinte e dois itens.

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

Tabela 20 – Resultados referentes à Dimensão Educação

	Não é verdade ou não acontece		Nem sempre		Completa mente verdade		Não sei		Total	
	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%
Eu coloquei as minhas crianças na creche com poucos meses de idade, pois tinha que trabalhar	40	22,1	11	6,1	130	71,8	-	-	181	100
Eu fiz questão de ficar me casa com as minhas crianças até estes terem 2/3 anos de idade, porque considere importante para o seu desenvolvimento e educação	158	87,3	11	6,1	12	6,6	-	-	181	100
Eu gostei de todas as escolas que as minhas crianças frequentaram	6	3,3	38	21	137	75,7	-	-	181	100
Eu sinto que as atividades e dinâmicas da escola vão ao encontro das minhas escolhas enquanto pai/mãe/responsável	4	2,2	78	43,1	98	54,1	1	0,6	181	100
Eu procurei escolas alternativas, por achar que o ensino regular não vai ao encontro das minhas escolhas enquanto pai/mãe/responsável	147	81,2	15	8,3	17	9,4	2	1,1	181	100
Eu sempre apoiei as minhas crianças nos estudos, dentro do que sei e consigo fazer com eles/as	1	0,6	10	5,5	170	93,9	-	-	181	100
Eu vou sempre às reuniões nas escolas para as quais sou convocado/a	-	-	33	18,2	148	81,8	-	-	181	100
Eu participo nas atividades que a escola abre à participação das famílias	1	0,6	70	38,7	109	60,2	1	0,6	181	100
Eu sinto que as matérias escolares são relevantes	-	-	64	35,4	116	64,1	1	0,6	181	100
Eu sinto que a escola corresponde ao que as minhas crianças gostam de fazer	2	1,1	92	50,8	86	47,5	1	0,6	181	100
Eu sinto que na escola os/as professores/as apoiam os/as alunos/as individualmente	4	2,2	93	51,4	78	43,1	6	3,3	181	100
Eu costumo perguntar às minhas crianças o que fizeram na escola	-	-	4	2,2	177	97,8	-	-	181	100

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

	Não é verdade ou não acontece		Nem sempre		Completa mente verdade		Não sei		Total	
	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%
Eu costumo perceber quando alguma coisa não corre bem na escola	-	-	25	13,8	156	86,2	-	-	181	100
Eu sinto-me apoiado/a enquanto pai/mãe/responsável pelos professores e professoras das minhas crianças	1	0,6	71	39,2	106	58,6	3	1,7	181	100
Eu consigo pagar todo o material escolar que as minhas crianças precisam	1	0,6	26	14,4	153	84,5	1	0,6	181	100
As minhas crianças utilizam a biblioteca municipal para estudar, fazer pesquisas ou outras atividades	91	50,3	60	33,1	24	13,3	6	3,3	181	100
A escola das minhas crianças promove atividades para a proteção do meio ambiente	-	-	16	8,8	160	88,4	5	2,8	181	100
A escola das minhas crianças promove atividades sobre a promoção da saúde	2	1,1	28	15,5	139	76,8	12	6,6	181	100
A escola das minhas crianças promove educação sexual	23	12,7	29	16	61	33,7	68	37,6	181	100
Eu sinto que os professores e professoras e auxiliares respeitam todas as crianças, sem discriminação	4	2,2	48	26,5	110	60,8	19	10,5	181	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Inquérito às Famílias do Projeto Adélia

Na análise dos resultados constatamos que a maioria das famílias (71,8%) admite ter colocado as suas crianças na creche com poucos meses de vida devido a ter que trabalhar e que grande parte das famílias (87,3%) não ficou com as suas crianças em casa até aos 2/3 anos de idade.

Em relação aos contextos educativos, a maioria das famílias (75,7%) gostaram das escolas que as suas crianças frequentaram. Verifica-se que cerca de metade das famílias (54,1%) considera que as atividades escolares vão ao encontro das suas escolhas e, uma grande percentagem (81,2%) não sentiu necessidade de procurar alternativas ao ensino regular.

A quase totalidade das famílias (93,9%) considera apoiar as suas crianças nos estudos de acordo com os seus conhecimentos. No que diz respeito à participação na escola, a maioria (81,8%) afirma estar presente nas reuniões e a maior parte das famílias (60,2%) considera que participa nas atividades escolares abertas à comunidade.

Relativamente aos conteúdos programáticos e aos professores, a maioria dos inquiridos (64,1%) considera que as matérias escolares são relevantes, mas cerca de metade (50,8%) refere que nem sempre a escola corresponde ao que as crianças gostam; no entanto, uma percentagem idêntica (47,5%) considera que os gostos das crianças são correspondidos. Também, cerca de metade das famílias (51,4%) considera que os professores não apoiam sempre os alunos individualmente, apenas uma menor percentagem (43,1%) refere que isso acontece.

A quase totalidade dos pais (97,8%) afirma questionar as suas crianças acerca da escola e uma percentagem considerável (86,2%) assume perceber quando algo corre mal na escola. Muitas famílias (58,6%) sentem-se apoiadas pelos professores das suas crianças.

A maioria dos inquiridos (84,5%) considera conseguir suportar os custos de todo o material escolar. Cerca metade das famílias (50,3%) admite que as suas crianças não utilizam a biblioteca municipal, apenas uma pequena percentagem (13,3%) admite que as suas crianças a utilizam para estudar ou para outras atividades.

Relativamente às atividades promovidas pela escola, a maior parte das famílias (88,4%) afirma que são promovidas atividades sobre proteção ao meio ambiente, bem como afirmam (76,8%) que são promovidas atividades de promoção à saúde, contudo, apenas cerca de um terço dos inquiridos (33,7%) afirma serem promovidas atividades sobre educação sexual.

A maior parte das famílias (60,8%) considera que os professores e auxiliares respeitam todas as crianças sem discriminação.

Relativamente à análise às questões abertas treze responsáveis deram a sua opinião, verificamos que quatro das famílias realçam atitudes discriminatórias: “Na antiga escola do meu filho, este foi posto de parte por uma funcionária e uma professora. Por este ter alguns problemas”; “Os miúdos infelizmente ainda são diferenciados nos dias de hoje”; “A educação deve ser inclusiva e deve respeitar as diferenças” e “Cada criança tem o seu ritmo de aprendizagem, o que por vezes pode levar ao desinteresse pela mesma se a professora não conseguir motivá-la”. Três responsáveis salientam que a escola não responde aos desafios da atualidade: “A escola deve o quanto antes aliar-se à atualidade”; “A educação tem de ser resiliente mediante a rápida mudança da sociedade e avanço tecnológico” e “Há muito ainda a explorar, o ensino não

vai ao encontro da nossa atualidade”. Dois dos inquiridos dão a sua opinião acerca de metodologias que a escola poderia implementar: “Cada vez mais a educação tem de ser associada à experimentação e emoção”; “(...) gostaria que houvesse mais atividade física orientada para a prática desportiva de diversas modalidades no futuro”.

✓ Conciliação entre a vida familiar e o trabalho

A tabela seguinte apresenta os resultados referentes à “Conciliação entre a vida familiar e trabalho” que contempla seis itens.

Tabela 21 – Resultados referentes à Dimensão Conciliação entre a vida familiar e o trabalho

	Não é verdade ou não acontece		Nem sempre		Completamente verdade		Não sei		Total	
	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%	n_i	%
Na minha vida do dia-a-dia raramente tenho tempo para fazer tudo o que queria	20	11	52	28,7	109	60,2	-	-	181	100
Na minha vida pessoal e familiar durante o fim de semana (ou dias de descanso), não tenho tempo para fazer tudo o que gosto	16	8,8	61	33,7	104	57,5	-	-	181	100
Normalmente, sinto-me apressado/a	10	5,5	62	34,3	109	60,2	-	-	181	100
O meu horário de trabalho adapta-se aos meus compromissos familiares enquanto pais/mães	15	8,3	102	56,4	63	34,8	1	0,6	181	100
Depois do trabalho sinto-me cansada/o para usufruir da vida familiar, com as minhas crianças	21	11,6	106	58,6	53	29,3	1	0,6	181	100
Penso que o trabalho me impede de dedicar às minhas crianças o tempo que gostaria	22	12,2	58	32	99	54,7	2	1,1	181	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Inquérito às Famílias do Projeto Adélia

A partir dos resultados obtidos, verificamos que a maioria dos inquiridos (60,2%) considera não ter tempo para fazer tudo o que queria, apenas uma pequena percentagem (11%) afirma o contrário. À

semelhança do item anterior, a maioria das famílias (57,5%) refere que ao fim de semana, não tem tempo para fazer tudo o que gostaria, só um número reduzido de famílias (8,8%) considera o contrário.

Verifica-se que as famílias se sentem, habitualmente, apressadas (60,2%) e apenas muito poucas (5,5%) afirmam o contrário.

Relativamente ao trabalho, cerca de metade das famílias (56,4%) considera que nem sempre o horário de trabalho se adapta aos compromissos familiares, apenas para um menor número (34,8%) a conciliação com o trabalho é possível. A maior parte dos inquiridos (58,6%) nem sempre se sentem cansados após o horário laboral para estar em família, contudo, em percentagem idêntica (54,7%) sentem que o seu trabalho os impede de se dedicarem às crianças como gostariam, somente uma pequena percentagem (12,2%) não sente esse impedimento.

Da análise efetuada às perguntas abertas doze inquiridos deram a sua opinião. Sendo de salientar que sete responsáveis dão a sua opinião acerca do tempo passado em família, do acompanhamento nos primeiros anos de vida e das suas dificuldades na gestão do tempo para dedicar às crianças: “Cada pai/mãe tem sempre a eterna dúvida se está a falhar e por motivos profissionais para fazer jus as necessidades dos filhos pode não ser fácil ter tempo para eles, mas o tempo de qualidade gasto com eles pode superar o tempo de quantidade”; “A licença de maternidade devia-se estender até aos dois anos de idade, são anos fulcrais”; “O facto de trabalhar por turnos impede-me de fazer certas coisas, tal como há dias que tenho mais tempo disponível”; “Existe demasiado stresse no dia-a-dia. Nos dias de hoje a prioridade não é a família. E quem sofre são as crianças”; e, ainda “É importante uma boa gestão para podermos dar o melhor apoio e atenção aos nossos filhos”.

- Análise global dos resultados

Na análise dos resultados do questionário implementado às famílias, na dimensão Brincadeira e Lazer, destaca-se o facto de os responsáveis considerarem que no seu local de residência existem espaços de lazer para as crianças, mas que nem sempre existem para os jovens. A maior parte dos responsáveis leva as suas crianças ao parque infantil, com frequência, e acompanha-as noutras atividades, considerando gostar de brincar com elas, sendo também que têm oportunidade para falar com outros pais/mães. As famílias sentem que, por vezes, não têm tempo para brincar com os filhos/filhas após o horário laboral e que as suas crianças também nem sempre têm disponibilidade para usufruir de tempo livre após o horário escolar. A maior parte dos responsáveis leva as suas crianças a passear durante o ano e não se importa que brinquem e se sujem, o

importante é divertirem-se. No entanto, a maior parte das famílias afirma que nem sempre conseguem organizar um programa familiar para o fim-de-semana.

Relativamente à dimensão Participação e Cidadania, importa salientar o facto de os pais/mães envolverem as crianças na realização das tarefas domésticas, divertindo-se na sua realização. A maior parte considera que questiona as suas crianças acerca do que gostariam de fazer ao fim de semana ou onde gostariam de ir passear ou passar férias. Salienta-se, sobretudo, o facto de referirem ter em consideração a opinião das crianças relativamente ao que pensam e sentem.

Em relação à Segurança e Proteção das suas crianças, consideram que é seguro utilizar os transportes públicos ou outros meios de deslocação para a escola, embora mais de metade das famílias as leve à escola. A maioria sente que a sua criança quando está com algum problema ou com medo de alguma coisa recorre ao seu apoio. A maioria admite que grita com as suas crianças, porém os inquiridos referem que pedem desculpa e tentam encontrar outras soluções para exercer autoridade. Considerando que mais de metade dos responsáveis afirma que outras crianças nunca bateram nas suas, poderá concluir-se que não há violência generalizada nas escolas.

No que diz respeito à dimensão Saúde, um aspeto importante a referir é a percentagem significativa de famílias que tem as suas crianças vacinadas de acordo com o Plano Nacional de Vacinação. No que diz respeito à alimentação, referem que preparam as refeições de forma saudável e nutritiva, contudo, mais de metade considera que as suas crianças nem sempre comem doces apenas em situações excecionais. De realçar, também, que à semelhança das crianças, os familiares consideram que os profissionais de saúde dirigem o seu discurso às crianças, explicando-lhes o tratamento a fazer e o que podem fazer para melhorar; referem, também, que os médicos os colocam á vontade para falar sobre as suas preocupações acerca das crianças.

Relativamente à Educação, foram muitas as famílias que colocaram as suas crianças na creche com poucos meses de idade. Afirmam que as escolas têm tido em consideração os seus interesses quando realizam atividades, e os interesses das suas crianças. Sentem que os professores apoiam os alunos individualmente, consideram participar em atividades realizadas pela escola e nas reuniões escolares. Consideram, ainda, que a escola promove atividades para preservação do meio ambiente, bem como de promoção da saúde e educação sexual. No entanto, são poucas as que referem que as suas crianças recorrem a bibliotecas para estudar ou realizar outras atividades.

Em relação à dimensão Conciliação entre Vida Familiar e Trabalho verificamos que as famílias não têm tempo de fazer o que gostariam na sua vida pessoal e familiar, quer durante a semana quer ao fim de

semana, sentem-se stressadas e consideram que os seus horários de trabalho não são compatíveis com os compromissos familiares, refletindo-se numa redução do tempo para se dedicarem às suas crianças.

5. Discussão dos resultados

Analisando comparativamente as respostas das crianças e as das famílias foram encontradas algumas semelhanças e diferenças. Vejamos as conclusões obtidas:

Relativamente aos espaços de lazer existentes nas suas terras, tanto famílias como crianças consideram que esses locais existem. Porém os responsáveis consideram que nem sempre existem espaços de lazer para os jovens. Tanto as crianças como os pais/mães consideram que vão ao parque infantil em conjunto, mas as crianças consideram que nem sempre os adultos brincam com elas, em contrapartida, estes afirmam que sim.

As crianças consideram que, após as aulas, têm tempo para aproveitar o tempo livre, no entanto, as famílias sentem que nem sempre isso acontece. Tanto crianças como adultos sentem que nem sempre têm tempo para brincar, em conjunto, após o horário laboral e escolar.

As crianças consideram que os seus pais/mães brincam com elas ou fazem jogos durante o fim-de-semana, mas estes sentem que nem sempre organizam atividades em família.

Relativamente ao envolvimento e consideração pela opinião das crianças acerca dos locais onde passar o fim-de-semana, estas consideram que os pais/mães nem sempre as questionam, já na ótica dos familiares, consideram que o fazem. Quando se reportam aos locais de férias, tanto crianças como adultos afirmam que são questionadas sobre o assunto.

Nos que diz respeito à realização de tarefas domésticas, tanto crianças como responsáveis afirmam que as crianças participam na sua realização das tarefas e inclusive, as crianças consideram divertir-se na sua realização, e as responsáveis afirmam gostar de os ver participar.

Em relação aos direitos, tanto crianças como famílias, afirmam que já ouviram falar acerca do assunto nos meios de comunicação social.

Refletindo sobre a dimensão Segurança e Proteção é possível perceber que as crianças não se deslocam de forma autónoma para a escola, apesar de os responsáveis referirem que as suas crianças podem usufruir do autocarro ou outro meio de transporte em segurança, são eles que as costumam levar à escola.

Relativamente a pedidos de ajuda, tanto crianças como adultos, consideram que quando as crianças sentem medo ou têm algum problema contam com o apoio dos adultos.

Analisando a dimensão Saúde, é possível verificar que ambos os grupos de inquiridos consideram jantar juntos e que durante a refeição conversam muito. Relativamente às deslocações ao médico, a maior

parte das famílias considera perceber o que lhe é explicado, no entanto, a maioria das crianças nem sempre entende o que lhe é dito pelo médico.

No que diz respeito à participação dos pais/mães nas atividades escolares, tanto crianças como responsáveis consideram participar, sendo que a maioria dos responsáveis afirma ir sempre às reuniões e participar nos eventos abertos à comunidade. Tanto crianças como famílias consideram conversar acerca do que aprendem na escola. Consideram também, que a escola promove atividades que visam a proteção do meio ambiente e a promoção da saúde. Consideram, ainda que os professores tratam todas as crianças de igual forma. Ainda no domínio da Educação, as crianças afirmam não existir uma biblioteca no seu bairro e os responsáveis afirmam que as suas crianças não utilizam a biblioteca municipal para estudar ou realizar outras atividades.

Analizados globalmente os resultados, podemos considerar que no município onde o estudo foi realizado, se promovem, em grande medida, as quatro principais dimensões elencadas na Convenção dos Direitos da Criança, tanto na perspetiva das crianças como das famílias.

As dimensões que se considera serem promovidas de modo mais consistente são a Segurança e a Participação, uma vez que não se encontram diferenças significativas entre as respostas dadas.

Contudo, a estruturação dos questionários não permite realizar uma comparação entre todos os itens das diferentes dimensões. Assim, relativamente à dimensão:

Brincadeira e Lazer, o item “Quando levo as minhas crianças ao parque infantil, gosto de brincar com elas/es”, o questionário das crianças não contempla um item idêntico pelo que não é possível saber a opinião das crianças.

Participação e Cidadania, o item “Eu gosto de ouvir a opinião das minhas crianças sobre vários assuntos e tenho em consideração o que pensam e sentem” no questionário das crianças não existe um item em que as crianças opinem sobre esta questão.

Segurança e Proteção, o item “Em momentos difíceis, já gritei com as minhas crianças, mas pedi-lhes desculpa e tentei encontrar outras soluções para exercer a minha autoridade”, poderia existir um item no questionário às crianças, relativo a esta questão, como por exemplo: “O meu pai/mãe pede desculpa quando grita comigo”; outro aspeto a salientar nesta dimensão são os itens: “Eu costumo acompanhar o que as minhas crianças veem na internet” e “Eu limito o acesso ou converso com as minhas crianças sobre os riscos que podem encontrar na internet”, pois não existem itens no questionário às crianças relacionados com este assunto, pelo que não é possível averiguar se existe, de facto, supervisão sobre o uso da internet.

Saúde, no item “Eu tento preparar as refeições das minhas crianças de modo saudável e nutritivo”, no questionário das crianças poderia haver um item onde fosse possível verificar se, realmente, as famílias promovem refeições saudáveis para as suas crianças; e, no item “As minhas crianças só comem doces ou alimentos em situações excecionais, como por exemplo, festas de aniversário”, também não sabemos a opinião das crianças sobre a regularidade com que comem doces.

Educação, no questionário às crianças poderia existir um item “As atividades e dinâmicas da escola vão ao encontro das minhas escolhas e gostos”, tal como existe no questionário às famílias; no item “Na minha escola, há tempo suficiente de recreio para eu brincar ou fazer jogos com os meus amigos e amigas”, poderia existir um item semelhante no questionário às famílias.

Vida Pessoal, surgem alguns itens que poderiam estar incluídos noutra dimensão, como por exemplo: “A(s) pessoa (s) é/são responsável (eis) por mim não me batem”, “A(s) pessoa (s) é/são responsável (eis) por mim nunca gritam comigo” e “Nunca aconteceu outras crianças baterem-me fora da escola” que poderiam estar contemplados na dimensão Segurança e Proteção.

Finalizando, realçar que embora a maior parte dos direitos estejam a ser contemplados ainda existem lacunas, como por exemplo, no que diz respeito à participação dos jovens nas suas comunidades. Apesar de sabermos que os jovens têm cada vez menos interesse em participar em atividades de desenvolvimento local cabe-nos a nós tornar as iniciativas de envolvimento mais apelativas e interessantes de forma a despertar o interesse dos mesmos. Em relação ao ambiente familiar apresentar mais estratégias aos pais para que eles possam dar voz às opiniões e vontades dos seus filhos. Outro aspeto importante é a vida pessoal e familiar dos pais, embora não seja uma função específica do município, mas uma vez que é o órgão governamental mais próximo da população, propor mecanismos eficazes para que os pais tenham mais tempo para estar com os seus filhos e dedicarem-se, ainda mais, à vida em família, sabendo que os pais são um elemento fundamental no crescimento dos filhos. É necessário ainda que, as entidades locais com responsabilidade em matéria de infância e juventude estejam mais presentes na vida das famílias e tenham ações fortes para a garantia e manutenção dos direitos já garantidos.

Sendo também de salientar que os direitos que mais são assegurados neste município são: a segurança, a educação, brincadeira e lazer e vida pessoal, pelas razões referidas anteriormente.

Conclusão

Ao longo desta dissertação vimos que o desenvolvimento da criança ocorre com a interação entre fatores genéticos e ambientais, se o ambiente em que estão inseridas não for o favorável isso irá ter um impacto negativo no seu desenvolvimento. Vimos também que a família, sendo a primeira rede de contacto da criança, é muito importante, pois é nela que aprende todas as competências para viver em sociedade.

Estes fatores encontram-se em todas as dimensões analisadas, as quais explicitamos no capítulo anterior, e conclui-se que as famílias se encontram presentes na vida das crianças e contribuem para a promoção do seu desenvolvimento saudável, como por exemplo, com a presença nas atividades letivas, o passar tempo com as suas crianças, quer seja em lazer ou nas atividades do quotidiano, na preocupação com a escola e com a sua segurança.

No que diz respeito aos fatores de proteção, podem salientar-se alguns que sobressaem da análise dos resultados, como a vinculação com os progenitores, estilos parentais adequados, meio escolar inclusivo, entre outros. Relativamente a fatores de risco sinalizados neste concelho podemos realçar o desinteresse da participação dos jovens nos órgãos de poder local, isto é, nas decisões para o desenvolvimento da sua localidade, bem como o desinteresse na participação em grupos culturais, e a necessidade de criação de mais espaços de lazer infantis. Relativamente à vida familiar, salienta-se a falta de tempo que os pais têm para se dedicarem à vida pessoal e familiar, o que pode explicar o facto de nem sempre terem em consideração a opinião das suas crianças.

A terminar, referem-se algumas ideias para a elaboração do Plano Local de Promoção e Proteção das Crianças e Jovens do concelho. Assim, considera-se pertinente centrar o olhar para, de modo mais consistente, se promover e incentivar a participação das crianças em grupos culturais e sociais e apostar mais em ações de prevenção nas idades mais precoces. Nesse âmbito, salienta-se a importância da criação de incitativas para a ocupação de tempos livres para as crianças e jovens, tais como: parques infantis, grupos desportivos (várias modalidades), jogos de estratégia, algo que estimule as crianças a centrar a sua atenção em atividades que promovam o seu desenvolvimento e bem-estar. Seria também importante, propor medidas de proteção à família, como por exemplo, diminuir a carga horária laboral, a fim de que os pais tenham mais tempo para se dedicarem à vida em família. Implementar mais ações que promovam relações positivas entre pais e filhos, isto é, que possam realçar a importância do relacionamento afetivo entre pais e filhos e para a importância do envolvimento dos pais nas brincadeiras com os filhos.

Referências

- Aleixo, E. (2014). Práticas de intervenção precoce centradas nos contextos naturais e o seu contributo para a promoção do desenvolvimento de uma criança. Mestrado em educação especial. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/11716>
- Barreto, A. (2016). Paradigma sistémico no desenvolvimento humano e familiar: a teoria bioecológica de Brofenbrenner. *Psicologia em revista*, 22 (2), 275-293. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682016000200003
- Camara Municipal de Portalegre (2013). *Diagnóstico Social de Portalegre*. <https://www.cm-portalegre.pt/municipes/acao-social/rede-social/>
- Candeias, M., Henriques, H. (2012). Um século de proteção de crianças e jovens. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/4156>
- Cardoso, A., Guerreiro, A., Silva, A., Lansdown, G. (2017). Formação em direitos das crianças - a convenção em prática: Referencial de Formação. CESIS. https://www.cesis.org/admin/modulo_news/ficheiros_noticias/20170516152537-1theam_cesis_referencial_de_formacaoa_convencao_pratica.pdf
- Carvalho, L., Almeida, I., Felgueiras, I., Leitão, S., Boavida, J., Franco, F. (2016). Práticas recomendadas em intervenção precoce na infância. Um guia para profissionais. ANIP.
- Carvalho, O., Lobo, C, C., Menezes, J., Oliveira, B. (2019). Página Aberta. O valor das práticas de educação parental: visão dos profissionais. V.27. N°104. jul./set. 2019. <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Rqgy3XPvGGZNDY9hKzPYP4F/abstract/?lang=pt>
- Cavalcante, L. I., Magalhães, C. M., Pontes, F. A. (2004). Processo de saúde e doença entre crianças institucionalizadas: uma visão ecológica. <https://www.scielo.br/j/csc/a/gC3GLzGnHMzPVbhz8s8yZJN/abstract/?lang=pt>
- Cecconello, M, A., Antoni, C., Koller, H, S. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em estudo*, 8, 45-54.

Comissão Nacional de Promoção de Direitos e Proteção de Crianças e Jovens em Risco. (2020). Guia de orientações para profissionais de ação social na abordagem de maus-tratos ou outras situações de perigo.

<https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/14801/Guia+de+Orienta%C3%A7%C3%B5es+para+Profissionais+de+A%C3%A7%C3%A3o+Social/5c6dc372-e12b-4b84-a462-38eccc5a6e85>

Comité de Ministros do Conselho da Europa (2006). Recomendação 19. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/19464/Recomenda%C3%A7%C3%A3o+2006/e36ba3eb-d849-4ebb-9827-688de3e92f94>

Conselho Pedagógico (2021). Projeto Educativo 2021-2024. Agrupamento de escolas do Bonfim. <https://aeb.pt/portal/home/inicio/>

Decreto-Lei n.º 139/2017 (2017). Diário da República. N.º 217. Série I. Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Decreto-Lei n.º 159/2015, (2015). Diário da República. Nº 154. Série I. Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Decreto-Lei nº 44288. (1962). Diário da República. Nº89. Série I. Ministério da Justiça.

Decreto-Lei nº 98/98. (1998). Diário da República. Nº91. Série I-A. Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

EAPN Portugal (2020). BI Distrital-Portalegre. Observatório Nacional Contra a Pobreza. <https://on.eapn.pt/territorio-em-numeros/portalegre/>

PORDATA (2021). Resultados Provisórios: Censos 2021. Fundação Francisco Manuel Dos Santos <https://www.pordata.pt/censos/resultados/emdestaque-portalegre-6149>

Leça, A., Perdigão, A., Laranjeira, A, R., Menezes, B., Velez, C., Veloso, C., Oliveira, D., Branco, E., Jardim, H., Chaves, M., Prazeres, V. (2011). Maus tratos em crianças e jovens em risco. Guia prático de abordagem, diagnóstico e intervenção. DGS. Divisão de Comunicação e Promoção da Saúde no ciclo de vida.

Lei nº 147/99. (1999). Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa. Nº204. I-Série A.

Lei nº 26/2018. (2018). Diário da República. Nº128. Série I. Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

- Lei nº 4/2015. (2015). Diário da República. Nº10. Série I. Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.
- Lei nº166/99. (1999). Diário da República. n.º 215. Série I-A. Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.
- Lopes, J; Silva, A, P; Maurício, L.; Patrício, M. (2022). Relatório final de autoavaliação 2021/2022. Concelho pedagógico do agrupamento de escolas José Régio https://www.aejr.pt/wp-content/uploads/2022/09/Relatorio_Final_AA_3P_2021_2022_VF.pdf
- Lopes, M. (2012). Apoiar na parentalidade positiva: Áreas de intervenção de enfermagem. Universidade Católica Portuguesa. Instituto da Ciências da Saúde, pp.40-42
- Martins, E. & Szymanski, H. (2004). A abordagem ecológica de Urie Brofenbrenner em estudos com a família. Estudos e Pesquisas em Psicologia. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100006
- Reis, V, J. (2009). Crianças e jovens em risco: Contributos para a organização de critérios de avaliação de fatores de risco. Faculdade de psicologia e ciências da educação. Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/11781>
- Richardson, R., Peres, J., Wanderley, J., Correia, L., Peres, M. (1985). Pesquisa social: Métodos e Técnicas. Editora Atlas. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034822/mod_resource/content/1/Texto%20-%20Pesquisa%20social.pdf
- Ripper, J. (2004). Os direitos das crianças e adolescentes e por elas são importantes: Todos os direitos para cada criança e cada adolescente. UNICEF Brasil <https://www.unicef.org/brazil/os-direitos-das-criancas-e-dos-adolescentes-e-por-que-eles-sao-importantes>
- Sá, P., Costa, P., Moreira, A. (2021). Reflexões em torno de metodologias de investigação: Recolha de dados. Aveiro. UA Editora. <https://ria.ua.pt/handle/10773/30772>
- Silva, D. (2021). Conheça os 4 tipos de análise de dados para criar estratégias certeiras. Web Content e CEO Associate. <https://www.zendesk.com.br/blog/tipos-analise-de-dados/>

Direitos das crianças: Perspetiva de crianças e famílias no Concelho de Portalegre

Silva, N.; Nunes, C.; Betti, M.; Rios, K. (2008). Variáveis das famílias e seu impacto sobre o desenvolvimento infantil. Temas em psicologia.

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v16n2/v16n2a06.pdf>

UNESCO (2019). A Convenção sobre os Direitos das Crianças e Protocolos Facultativos. UNICEF Portugal.

<https://www.unicef.pt/actualidade/publicacoes/0-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/>

